



**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “NOSSA
SENHORA DO ROCIO”**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ

2024



Sumário

1 IDENTIFICAÇÃO	6
1.1 Localização	6
1.2 Histórico da Instituição	7
1.2.1 Mudanças na Estrutura Física	8
1.3 Relação dos Profissionais	8
1.3.1 Nível de Escolaridade	8
1.3.2 Cargos, Funções e Vínculo Empregatício	8
1.4 Contextualização Socioeconômica, Cultura e Educacional da Comunidade Escolar	11
1.5 Contextualização das Condições Físicas e Materiais	13
1.5.1 Descrição do Espaço Físico, Instalações e Equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças	15
1.6 Regime e Horário de Funcionamento de acordo com o calendário escolar	16
1.6.1 Quantitativo de Turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas	18
1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente	18
1.6.3 Quantitativos de crianças por turma	19
1.6.4 Projetos próprios da instituição e oferecidos pela mantenedora	19
1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade	24
1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos	25
1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial	25
1.7 Calendário Escolar	25
1.8 Calendário de reuniões da APMF e Conselho Escolar	25
1.9 Calendário de Prestação de Contas	26
2 CONCEPÇÕES	26
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	26
2.1.1 Fundamentação Teórica	27
2.1.2 Direitos Humanos	28
2.1.3 Políticas de Inclusão	30
2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	33



2.2.1 Fundamentação Teórica	33.
2.2.2 Concepção de Infância e Criança.....	34
2.2.3 Articulação entre ações de cuidar e educar.....	35
2.2.4 Concepção de jovem, adulto e idoso.....	36
2.2.5 Transição da educação infantil para o ensino fundamental.....	36
2.2.6 Transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental	37
2.2.7 Educação Inclusiva.....	37
2.2.8 Educação para as relações étnico-raciais.....	37
2.2.9 Concepção de Ensino Integral.....	38
2.2.10 Ações de Monitoramento para a busca ativa das crianças	39
2.2.11 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar.....	39
2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO.....	40
2.3.1 Fundamentação Teórica.....	41
2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática.....	41
2.3.3 Eixo de Gestão de Resolução de Conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.....	42
2.3.4 Articulação entre unidade educacional- família comunidade	45
2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.....	45
2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional.....	46
2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora.....	46
2.3.8 Articulação entre profissionais da educação e crianças.....	46
2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança.....	47
2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO.....	49
2.4.1 Fundamentação Teórica.....	49
2.4.2 Plano de Ação do Diretor.....	50
2.4.3 Plano de Ação do Pedagogo Coordenador.....	59



2.4.4 Plano de Ação do Pedagogo Orientador.....	63
2.4.5 Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa.....	63
2.4.6 Plano de Ação da Equipe Operacional.....	63
2.4.7 Plano de Ação do Conselho Escolar.....	64
2.4.8 Plano de Trabalho Docente.....	65
2.4.9 Plano de Atendimento Educacional Especializado.....	65
2.4.10 Plano de Atendimento pedagógico domiciliar.....	65
2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO.....	66
2.5.1 Fundamentação teórica.....	66
2.5.2 Direitos e objetivos de aprendizagem.....	66
2.5.3 Concepção de Ensino e aprendizagem.....	68
2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula.....	70
2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	71
2.6.1 Fundamentação Teórica.....	71
2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem.....	72
2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas	73
2.6.4 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil.....	73
2.6.5 Avaliação Institucional.....	74
2.6.6 Recuperação paralela de estudos.....	75
2.6.7 Avaliação externa.....	75
2.6.8 Organização e efetivação dos conselhos de classe, pré e pós conselhos.....	75
2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	76
2.7.1 Fundamentação teórica.....	76
2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora.....	77
2.7.3 Formação continuada conforme instrução da hora atividade.....	77



2.7.4	Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição.....	79
2.7.5	Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas.....	79
3.	MATRIZ CURRICULAR.....	79
4.	PROPOSTA CURRICULAR.....	80
REFERÊNCIAS.....		81
ANEXOS.....		83



1 IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora do Rocio”

Município: Paranaguá/PR

Código:41594894

E-mail da Instituição: lizabete.rocio@paranagua.pr.gov.br

Endereço: Rua São Paulo, s/nº

Telefone: (41) 3420-6133

Nome da Equipe Diretiva: Lizabete do Rocio Vanhoni Gonçalves e

Terezinha de Fátima Nogarotto Skodowski

E-mail da Equipe Diretiva: lizabete_vanhoni@hotmail.com

E-mail da pedagoga:terezinha.skodowski@paranagua.pr.gov.br

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral Entidade

Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá

Ato de autorização: 165 **Resolução:** N° 020/10

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar: N° 002/2010

Modalidade Ofertada: Educação Infantil



1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora do Rocio”, foi inaugurado no dia 20 de maio de 2009, na gestão do Prefeito Municipal José Baka Filho e do vice-prefeito Fabiano Vicente Vanete Elias e da então secretaria municipal de educação e ensino integral Elvira do Rocio Bezerra Geraldo. Justifica-se a implantação de um novo centro municipal de educação infantil, devido ao fato que no bairro Vila do Povo, como nos bairros vizinhos houve crescimento populacional. Desse modo, surgiu a necessidade premente em proporcionar aos moradores uma instituição capaz de atender crianças pequenas, ou seja, crianças que necessitavam frequentar a primeira etapa da educação básica (Educação Infantil).

Portanto, a implantação do CMEI atende a uma necessidade e uma obrigatoriedade de aprendizagem, mas é ainda uma questão de conquista para as mulheres/mães que trabalham fora de casa. Para tanto, na gestão do prefeito José Baka Filho, o jovem Edil José da Costa Leite Júnior doou o terreno para a construção do CMEI. O nome dado ao CMEI foi escolha da então Secretária de Educação, Professora Elvira, que por ser devota a Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Estado do Paraná, decidiu que este seria o nome mais apropriado para a instituição.

A primeira diretora responsável pela instituição foi a professora Cristiane Gonçalves Martins, sua gestão iniciou em 2009 até 2010. Na sequência a professora Lizabete do Rocio Vanhoni Gonçalves, assume a gestão até a presente data. O CMEI “Nossa Senhora do Rocio” é estruturado com cinco salas que atualmente atendem a sete turmas, sendo: 4 turmas em período parcial e 3 turmas em período integral. Sendo 1 turma de infantil I integral; 1 turma de infantil II integral; 1 turma de infantil III integral; e 1 turma do infantil III parcial e 3 turmas de infantil IV parcial.

Figura 1- Faixada do CMEI





1.2.1 MUDANÇAS NA ESTRUTURA FÍSICA E/ OU MUDANÇA DE ENDEREÇO

Desde a inauguração no de 2009, o CMEI Nossa Senhora do Rocio não passou por reformas e nem por ampliações, no entanto a manutenção tem estado sob a responsabilidade da APMF e Prefeitura.

1.3 RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO

LISTA DE PROFISSIONAIS			
CARGO/FUNÇÃO	PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
Diretora	Lizabete do Rocio Vanhoni Gonçalves	Magistério/ Pedagogia/ Especialização em Organização do trabalho pedagógico	Nível médio/Graduação/ Pós-graduação
Pedagoga	Terezinha de Fátima NogarottoSkodowski	Pedagogia/ Especialização em Organização Pedagógica da Escola/ Especialização em Metodologia do Ensino Religioso Especialização em Pedagogia Hospitalar/ Especialização em Psicopedagogia Institucional	Nível médio/ Graduação/ Pós-graduação
Educadora Infantil	Jaciara Michele Gonçalves Cordeiro	Magistério/Pedagogia/Neuropsicopedagogia/ educação especial e inclusiva	Nível médio/ Graduação/Pós-graduação
Educadora Infantil	Eveline Nogueira	Magistério/Pedagogia/Pós graduação	Nível médio/Graduação/ Educação especial Educação Infantil
Educadora Infantil	Rosangela Aparecida da Silva	Magistério/Pedagogia/ Pós graduação	Nível Médio/ Graduação Educação especial



Educadora Infantil	Kelly Rodrigues de Oliveira Azevedo	Magistério/Pedagogia (Em curso)	Nível médio/ Graduação (Em curso)
Educadora Infantil	Michele Cristina Alves dos Santos	Pedagogia	Graduação
Educadora Infantil	Rafaele Gonçalves da Costa	Magistério Pedagogia/ Especialização em Gestão Escolar	Nível Médio/ Graduação/ Pós-graduação
Monitora	Dayanny Pires de Oliveira Feitoza	Turismo/ Pedagogia/ Mestrado em Turismo	Graduação/Graduação/ Pós Graduação-Mestrado
Educadora Infantil	Rosenilza do Rosário Gonçalves	Pedagogia	Graduação
Educadora Infantil	Stefani Cristine Lagos de Oliveira	Magistério/ Graduação/Pós graduação (em curso)	Ensino Médio/ Pedagogia Psicopedagogia
Educadora Infantil	Gislaine de Lima Pereira	Graduação/ Pós graduação	Ensino Médio normal Pedagogia Educação Especial
Educadora Infantil	Michele Izidoro	Magistério/ Graduação (em curso)	Ensino Médio Pedagogia (em curso)
Professor auxiliar de apoio	Bruna Caroline de Joaquim de Freitas	Magistério/Graduação/Pós graduação Pós graduação (em curso)	Ensino Médio/Pedagogia Educação Especial Psicopedagogia
Auxiliar de Serviços gerais	Eliane Capeta Delfino		Fundamental incompleto
Serviços Gerais	Andressa Gomes Teles Moraes		Ensino Médio completo



1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

O CMEI Nossa Senhora do Rocio atende crianças que moram no entorno da instituição, bem como crianças de bairros vizinhos. São crianças que crescem e se desenvolvem como qualquer outra criança nascida em bairro de periferia. É comum que os avós ou outros membros da família tragam e venham buscar a criança, na maioria das famílias os pais trabalham fora. Não há incidência de crianças que permaneçam na instituição por abandono ou esquecimento dos pais, o que reflete o cuidado que as famílias têm com as crianças.

Quanto à estrutura das moradias é verdadeiro dizer que se trata de casas simples na grande maioria, mas com toda infraestrutura para atender as necessidades básicas das crianças. Entretanto, vale dizer que as famílias moradoras no bairro enfrentam as dificuldades apresentadas pela maioria dos brasileiros, obrigados a conviver com a injusta distribuição da renda, da violência simbólica, a violência estrutural e tantas outras formas de violência, que são visíveis no cotidiano da imensa maioria pobre da população do Brasil. O bairro apresenta uma diversidade grande em relação à questão religiosas, pois encontram-se igrejas de denominações distintas (católica, evangélicas e religiões de matriz africana). Quanto ao comércio do bairro, temos supermercados de pequeno porte, salões de beleza, algumas lojas de roupas de pequeno porte, diversos bares, entre outros.

O CMEI Nossa Senhora do Rocio sempre recebe crianças vindas de outras localidades, são famílias que vem a trabalho de outros estados, de outros municípios do litoral e cidades da região metropolitana de Curitiba. Pensando no acolhimento dessas crianças, bem como apresentar nossa cultura, materializar essa cultura, e estreitar os saberes das crianças sobre a nossa cidade, todos os anos em comemoração ao aniversário de Paranaguá que ocorre no dia 29 de julho, realizamos um trabalho voltado a cultura parnanguara incluindo: comidas típicas, pontos turísticos, dando ênfase as diversas ilhas, atividades pesqueiras, comunidades indígenas, costumes, e o hino da cidade. Desta forma, com o intuito de bem acolher essas crianças, procuramos mostrar nossa cultura, nossas tradições, nossos costumes, nossas crenças.



Em nosso cotidiano, valorizamos a cultura e o modo de ser e viver das crianças, assim como é importante trazer para a prática diária o conhecimento histórico-cultural produzido nas relações de interação das crianças em espaço não institucional. Através da observação que os adultos fazem das crianças é possível pensar em práticas que valorizem e favoreçam o desenvolvimento das crianças, a partir do sentimento de pertencer da mesma. Pois, um dos objetivos do corpo docente é que seu trabalho seja de fato significativo para a criança, desenvolvido em um espaço físico apropriado para correr, saltar e brincar.

Quanto a interação da instituição com outros espaços da comunidade, julgamos ser de difícil articulação, embora seja de nosso interesse, pois, no bairro não há centro comunitário, apenas um parque comunitário, que para levarmos as crianças é necessário autorização dos pais. Podemos contar com a parceria efetiva do Posto de saúde que está localizado na esquina da instituição, pois estão conosco tanto em datas comemorativas quanto para auxílio no caso de alguma criança precisar de atendimento.

A realização dos projetos mencionados, apresenta situações em seu desdobramento, que facilitam e proporcionam a interação da instituição com a família e da família com a instituição. É muito importante que as famílias participem do processo de desenvolvimento acadêmico dos seus filhos, assim, articulamos ações para que as famílias estejam sempre em contato com as atividades realizadas, através de conversa em reuniões, no atendimento personalizado nos momentos de entrada e saída da instituição, através de bilhetes e informativos, redes sociais e solicitações para que a família esteja sempre atenta aos projetos desenvolvidos no CMEI.

As instituições de Educação Infantil trabalham com o intuito de oferecer atendimento de qualidade para crianças de 0 a 4 anos. O trabalho efetivamente se dá no ato de cuidar e educar crianças pequenas, e é concebida como um serviço público que deve atender aos direitos da família e das crianças, sendo que atua buscando responder ao princípio de igualdade de oportunidades para as classes sociais, os sexos, as raças e os credos, reconhecendo que toda criança tem uma família, não questionando seu formato, mas pensando em ações que representem cada criança, valorizando e estimulando a presença da família, assim como sua participação na gestão dos equipamentos, tempo e espaço para que o fazer pedagógico, de fato seja significativo para a criança.



Caminhando nesta perspectiva, realizamos nosso planejamento valorizando e respeitando a cultura e as especificidades da comunidade escolar. Evidenciamos que nosso trabalho é realizado através da organização municipal, que oferece suporte necessário para atendermos com o mínimo de dignidade as crianças. Contudo, reconhecemos que as sociedades são estratificadas em termos de riqueza, poder e prestígio, atribuindo valor às diferenças, criando desigualdades sociais. Há discriminação de gênero, raça entre outras, sabemos que são construções sociais, históricas e humanas, por isso nos empenhamos no combate a essas desigualdades, pois consideramos que vivemos não em um país pobre, porém desigual.

Através de diversas maneiras encontramos estratégias para superar tais desigualdades sociais, pois segundo a Constituição Brasileira (1998) “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Art. 5º) e que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, IV). Esta é uma meta de todos nós, mas sobretudo dos profissionais que atuam na Educação Infantil, pois almejamos que nossas crianças usufruam de todas as oportunidades as que tem direito, aproveitamos então que o Brasil não é impermeável às mudanças, insistimos neste objetivo, mesmo sabendo que isto não ocorre da noite para o dia.

É importante, ao observar essas colocações que o professor além de se familiarizar com os conceitos de raça, classe e gênero, reconheça também a criança que atende, para que os princípios, objetivos e fins da instituição sejam alcançados.

1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS REAIS NECESSÁRIAS

As instalações desta instituição atendem as necessidades das crianças, contudo há alguns desafios a serem vencidos, como por exemplo: As janelas que não possibilitam a observação da área externa, pois a altura está fora do alcance das crianças. A falta de espaço físico para que a professora possa realizar seus estudos e planejamentos com privacidade. Espaço para fazer o lanche ou almoçar, visto que



devido ao horário integral algumas professoras precisam almoçar na instituição. Não há área coberta na parte externa do CMEI, área verde ou espaço para que a criança corra e brinque de acordo com o que compete a uma criança pequena em relação ao seu desenvolvimento.

Com relação a organização dos mobiliários e equipamentos estão rotineiramente sendo mudados, a fim de atender as necessidades das crianças e estimular o desenvolvimento. Estruturalmente o planejamento e a construção do prédio não foram pensados para atender as crianças pequenas, pois como já mencionamos as janelas e maçanetas, a área externa e interna não possibilitam o desenvolvimento da autonomia. Também não disponibilizamos de um espaço reservado para as mães amamentar no CMEI. Sendo o espaço físico o principal obstáculo dessa instituição, porém não estamos atados em relação a criatividade, assim criamos oportunidades, mesmo que esporadicamente, para que as crianças interajam e manuseiem diferentes elementos e brinquedos pedagógicos, como jogos de encaixe, entre outros. Muito embora o espaço físico do CMEI não se encontra condizente com o ideal, o planejamento das educadoras visa trabalhar o desenvolvimento global da criança, e desta forma preservar o meio ambiente ao explorar os elementos que compõem a natureza, como terra, água, pedras e outros. A intenção é fazer as crianças perceberem suas características, a partir daí elas fazem comparações, as quais desperta a curiosidade, instigando a criança a descobrir o mundo ao seu redor de maneira diferente. Não somente os elementos da natureza são valorizados na aprendizagem das crianças, mas também materiais não estruturados como: papelão, rolos de papel, tampinhas de garrafas, tintas, caixas de ovos, entre outros. Possibilitam as crianças a oportunidade de inventar e aprender diante de alguns recursos simples e que aguçam a capacidade criadora permitindo que algumas funções cognitivas sejam instigadas proporcionando um mundo de fantasia, concentração e criatividade para a criança. Quanto a interação entre as crianças e seus agrupamentos, promovemos situações em que ocupem o mesmo espaço, a fim de trocarem experiências e possam brincar uns com os outros. Nestas oportunidades, favorecemos a questão da autonomia e outras questões referentes ao desenvolvimento pleno da criança.



1.5.1 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS RESGUARDADAS AS ESPECIFICIDADES ETÁRIAS DAS CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES.

O CMEI “Nossa Senhora Rocio” possui um ambiente confortável que passa por manutenção (quando se faz necessária) oferecendo segurança às crianças para o seu desenvolvimento e para a atuação dos demais funcionários.

O centro possui:

- 05 salas de aulas,
- 02 banheiros para as turmas do Infantil III e infantil IV (01 masculino e 01 feminino),
- 01 (um) banheiro com trocador e 02 (dois) chuveiros, sendo esses compartilhados na área destinada ao Infantil I e II
- 01 secretaria que também acomoda a Coordenação e Direção,
- 01 uma pequena sala que é utilizada como almoxarifado para materiais pedagógicos
- 01 pátio interno, utilizado como refeitório, e espaço em que as educadoras fazem a hora atividade
- 01 cozinha,
- 01 lavanderia e 01 dispensa compartilhada
- 02 banheiros para funcionárias,

Observação: não possuímos um espaço destinado a amamentação devido falta de sala destinada a esse fim, porém se alguma mãe precisar amamentar, oferecemos toda assistência para acomodá-la num espaço reservado.

1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR

Nesta instituição a questão do horário de entrada e saída das crianças, que é uma das questões do regime de funcionamento, respeita o exposto na Resolução nº 05 /2009, que diz ser considerado Educação Infantil o atendimento para crianças de 0 a



5 anos em tempo parcial, a jornada de no mínimo quatro horas diárias e em tempo integral a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias. Das sete horas e trinta minutos às onze horas e trinta minutos atendemos as turmas parciais do período matutino, das treze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos atendemos as turmas parciais do período vespertino. As turmas integrais funcionam das sete horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos, sendo o tempo total que a criança permanece na instituição de no mínimo sete horas e não mais que dez horas diárias.

A orientação da SEMEDI em relação ao horário atende satisfatoriamente todos os alunos. O horário de atendimento é das sete horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos, sendo que temos quinze minutos de tolerância em relação a entrada e saída antecipada e também em relação a eventuais atrasos. A organização do tempo e do trabalho pedagógico contemplam a criança como centro do planejamento. Sendo assim, as atividades acontecem de acordo com as necessidades das crianças de crescer e se desenvolver de acordo com sua faixa etária. A questão do banho, alimentação, brincadeiras e toda e qualquer atividade é planejada e realizada no intuito de estimular a autonomia e o sentimento de pertencer da criança. Os materiais e brinquedos são organizados a fim de favorecer a autonomia e estimular a capacidade de expressão da criança. Como atendemos crianças pequenas, que permanecem conosco por mais de sete horas, consideramos que há necessidade de repouso.

Em relação a alimentação o município terceiriza o atendimento, porém existe flexibilidade para que a criança se alimente de acordo com suas necessidades e disposição, pois atendemos muitos bebês que ainda usam mamadeiras. Ao iniciar o ano letivo, consideramos que se trata de um momento de tensão para a criança e a família, esse período de inserção é distinto para cada criança e família, nesse sentido a instituição, recebe cada um à sua maneira, com flexibilidade, considerando sempre o melhor para a criança. Como em nossa instituição não contamos com espaço favorável, os profissionais da educação têm total liberdade para utilizar o parquinho externo, onde as crianças passam momentos alternados do dia brincando, em alguns momentos de forma dirigida e em outros de forma espontânea, mas monitoradas.



O corpo docente tem um período garantido na forma lei para estudos e planejamento, momento em que avaliamos o trabalho e pensamos em encaminhamentos para superação de desafios que estejam dificultando o desenvolvimento das crianças. Conforme a LDB 9394/96

Art. 31.A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- 1 Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- 2 Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- 3 Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- 4 Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.



1.6.1 QUANTITATIVO DE TURMAS ATENDIDAS, ETAPAS E MODALIDADES COM SUAS RESPECTIVAS NOMENCLATURAS.

TURMA	Nº DE CRIANÇAS	FAIXA ETÁRIA	Nº EDUCADORAS
Infantil. Integral I	10	1 a 2 anos de idade	02
Infantil Integral II	14	2 a 3 anos de idade	02
Infantil III A- Integral	16	3 a 4 anos de idade	02
Infantil III B- Parcial	20	3 a 4 anos de idade	02
Infantil IV A - Parcial	20	4 a 5 anos de idade	02
Infantil IV B - Parcial	20	4 a 5 anos de idade	02
Infantil IV C - Parcial	20	4 a 5 anos de idade	02

1.6.2 CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS ANUALMENTE

A respeito do critério de distribuição de turmas e de acordo com a legislação, que diz: A responsabilidade da distribuição do serviço docente é do Diretor, de acordo com o disposto na alínea d), ponto 4, do artigo 20º do Decreto-Lei nº 75/2008, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2012; 1.2 É competência do Diretor superintender a elaboração dos horários, aplicados os critérios definidos pelo Conselho Pedagógico e aprovados em Conselho Geral, de acordo com o disposto na alínea c), ponto 4 do artigo 20º, alínea l), ponto 1 do artigo 13º e alínea k) do artigo 33º do Decreto-Lei, acima mencionado; 1.3 A elaboração de horários quer das turmas quer dos professores obedecerá,



primordialmente, a critérios de ordem pedagógica; 1.4 Para a elaboração de horários conjugar-se-ão os interesses dos discentes e da escola, no respeito inequívoco dos normativos legais vigentes e do Regulamento Interno.

Embora a distribuição seja a cargo do diretor(a), conforme a lei, normalmente o CMEI Nossa Senhora do Rocio adota como critério de distribuição de turmas, o perfil das educadoras ou realiza enquete para que haja acordo entre a equipe de trabalho docente, ou ainda de acordo com o tempo de serviços prestados nesta instituição.

1.6.3 QUANTITATIVO DE CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES POR TURMA.

TURMA	Nº DE CRIANÇAS
Infantil. Integral I	10
Infantil Integral II	14
Infantil III A- Integral	16
Infantil III B- Parcial	20
Infantil IV A – Parcial	20
Infantil IV B - Parcial	20
Infantil IV C - Parcial	20

1.6.4 PROJETOS PRÓPRIOS DAS INSTITUIÇÕES E OFERECIDOS PELA MANTENEDORA

Projeto de Incentivo à Leitura

A escolha do tema visa atender a uma necessidade em realizar o incentivo à leitura (letramento) para as crianças do Infantil IV, Infantil I, II e III da faixa etária de 0 e 4 anos do CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil, Nossa Senhora do Rocio. O objetivo do projeto é oferecer a criança o acesso a livros e a leitura dinâmica, afim de



que a criança tenha prazer em ouvir histórias. Assim sendo, o livro precisa ser sempre apresentado com a dimensão do encanto e da alegria, para que a criança compreenda que ler é uma viagem surpreendente e não simplesmente mais uma das atividades escolar.

Sabe-se que a leitura contribui para ampliar a visão de mundo da criança, e estimula o desejo de realizar outras leituras, exercita a fantasia e a imaginação, através da leitura a criança passa a compreender o funcionamento comunicativo da escrita e a desenvolver estratégias de leitura, favorece o aprendizado das convenções, além de ampliar o repertório textual, contribuindo para a senso crítico.

Sendo assim, o objetivo geral do projeto é apresentar às crianças do CMEI Nossa Senhora do Rocio diversas histórias infantis, busca-se com isso o despertar do prazer por ouvir histórias e conseqüentemente promove-se a constituição das aptidões de leitura, escrita, oralidade e letramento. E como objetivos específicos espera-se aproximar a criança do universo letrado; Estimular as crianças à curiosidade, Despertar o gosto e o hábito pela leitura; Desenvolver a atenção e a imaginação das crianças por meio da contação de histórias; Despertar a curiosidade e o prazer da leitura por meio das histórias infantis; Apresentar as crianças diferentes histórias infantil; Confrontar realidade e fantasia; Acrescentar ao cotidiano da Educação Infantil a prática da leitura de Livros de histórias infantil como uma das prioridades no processo de incentivo à leitura; Apresentar às crianças os personagens das histórias contadas, marcas temporais presentes, letras e palavras conhecidas presentes nos títulos das histórias e nomes dos personagens; Apresentar novas possibilidades que possam incentivar a imaginação e a criatividade.

Fundamentação Teórica

Desde bem pequena a criança demonstra interesse por histórias, seja com seu olhar atento ao contador da história, sorrindo ou imitando algum personagem que lhe despertou atenção, batendo palmas ou fazendo algum gesto que indica estar sentindo medo. Desta forma, para a formação da criança, é imprescindível que ela ouça muitas histórias desde a mais tenra idade. A contação de história apresenta-se como uma importante ferramenta para iniciar a criança no universo letrado uma vez que ouvindo histórias a criança tem sua imaginação aguçada e com isso abre-se o caminho para que a mesma tenha vontade



e o prazer em ouvir histórias variadas, e com isso, tem a oportunidade de ampliar suas experiências sociais, pois ao escutar a narrativa de uma história, é capaz de dar sequência lógica aos fatos, a ampliação de sua imaginação, e conseqüentemente de seu vocabulário, segundo Sandroni & Machado (1998, p.15) “os livros aumentam muito o prazer de imaginar coisas, assim com histórias simples, a criança começa a reconhecer e interpretar sua experiência da vida real”.

Quando uma criança ouve ou lê histórias, ela realiza uma interação verbal, pois será capaz de indagar, argumentar, imaginar, ter sua curiosidade aguçada para saber o desfecho da história e assim, se interessar e gostar ainda mais por elas, já que sua capacidade de imaginar é mais intensa. A contação de histórias para as crianças deve acontecer de forma natural, ou seja, sem que seja algo imposto. É importante mostrar para as crianças os personagens da história, pois assim a criança terá sua imaginação aflorada e participará de forma ativa; comentando, indagando, discutindo sobre ela. Sobre isso o professor lê a história, as crianças escutam, observam as gravuras e, frequentemente, depois de algumas leituras, já conseguem recontar história, utilizando algumas expressões e palavras ouvidas na voz do professor. (BRASIL, 1998, p.144,).

Assim desta forma, por meio da leitura a criança adquire uma postura crítico-reflexiva, extremamente complacente ao seu desenvolvimento cognitivo. No entanto, para prender a atenção da criança não dá para tão somente ler um livro em voz alta e esperar que ela preste atenção. Desta forma, o contador da história deve-se atentar a alguns detalhes simples, mais importantes como: selecionar cuidadosamente o livro de acordo com a faixa etária respeitando o pensamento da criança, ou seja, o seu nível de compreensão; conhecer a história antes de contá-la aos pequenos, de acordo com Abramovich (1997) “para ler uma história para a criança, o leitor já deve ter conhecimento do livro, já ter lido antes e se familiarizado com ele para não empacar ao pronunciar o nome de algo que apareça ir dando pausas nos lugares errados, ficar escandalizado com uma determinada fala” o importante também é saber ser o narrador e saber imitar o personagem, ou seja, incorporar o personagem imitando sua voz, fazer perguntas sobre o enredo, estimular conversas sobre a história lida.

Uma dica importante é que a história poderá ser contada um pouco a cada dia, assim, criar-se-á um suspense e a criança ficará curiosa para saber o desfecho e desta



forma, abriram-se os caminhos para que o momento da leitura seja um momento prazeroso para os pequenos. Conforme Zilberman:

...a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Por isso, o educador deve adotar uma postura criativa que estimule o desenvolvimento integral da criança. (1987, p.16).

Conforme já mencionado acima, deve-se respeitar a faixa etária da criança, para que haja a compreensão do enredo. Assim para as crianças com menos de dois anos de idade é importante que a história seja curta, rápida com gravuras simples e atrativas. Uma boa sugestão é o uso de fantoches. Já para crianças de três anos acima, o ideal é que o livro seja com um texto simples e rápido, com poucos personagens, uso de fantoches, uso de palavras conhecidas, essas características contribuem sobremaneira para aumentar o repertório de palavras. Para formar um adulto leitor é imprescindível que a criança tenha contato com os livros desde muito pequenas, e nesse sentido a família tem um importante papel, pois às histórias reais contadas oralmente pela família é de fundamental importância para a criança, assim a medida que cresce vai demonstrando suas preferências por histórias que gosta de ouvir, ou ainda comenta a parte da história que mais lhe agradou, assim as histórias podem ser um pouco mais extensas, com mais detalhes.

Uma história contada com boa entonação, com entusiasmo, pode aguçar o desejo pela leitura, onde se expande a curiosidade e a criatividade ajudando em seu crescimento individual e em todo o processo educacional.

Metodologia

O público alvo para esse trabalho de resgate de incentivo à leitura será crianças (de 0 a 4 anos) que compreende turmas do infantil I ao infantil IV. Os educadores irão fazer um trabalho que venha a despertar nas crianças o anseio por ouvir histórias infantis e, por conseguinte o gosto por leitura, e assim despertar nas mesmas de uma forma lúdica



unir o prazer e a alegria através do ouvir histórias promovendo o desenvolvimento cultural das crianças.

O que se propõe é que durante a realização do projeto as crianças participem ativamente de rodas de conversas informal, troca de ideias e análises de conhecimentos prévios e principalmente que os livros sejam apresentados as crianças para que sejam manuseados e assim as crianças se sintam instigados a conhecer a história neles contidas. Dramatização e registro feito pelas crianças através de desenho e oralmente; listar os personagens; trabalhar linguagem oral e escrita; exploração dos personagens e modelagem dos mesmos.

Metas

Envolver todas as crianças da Educação Infantil na contação de histórias; apresentação dos trabalhos de forma que haja um intercâmbio entre as turmas de forma que uma turma apresente seu trabalho a outras turmas, e, no final do ano faremos uma exposição dos trabalhos desenvolvidos pelas turmas para que sejam visitados pelos seus familiares. A forma de avaliação será processual, diagnóstica e ocorrerá durante todo o desenvolvimento do projeto. Os momentos mais significativos do projeto serão registrados, tendo como ponto de observação o interesse, a participação à autonomia, a criatividade, a interação do grupo, enfim, todos os dados, que nos retratem a relação da turma com o projeto.

Referências

Abramovich, Fanny. **A importância da literatura infantil na formação de leitores.** 1997.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponivelem:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2020. Disponível em <https://educacrianca.com.br/sacola-viajante-projeto-leitura/> Acesso em 30 de março de 2020.



SANDRONI, Laura C; MACHADO, Luís Raul – **A CRIANÇA E O LIVRO: GUIA PRÁTICO DE ESTÍMULO À LEITURA**. São Paulo, Ática, 1988.

ZILBERMAN, R. **A Literatura infantil na escola**. 6. ed. São Paulo: Global, 1987

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2020. Disponível em <https://educacrianca.com.br/sacola-viajante-projeto-leitura/> Acesso em 30 de março de 2020.

1.6.5 QUADRO DE HORÁRIOS DA EQUIPE DOCENTE E HORA-ATIVIDADE

H.A	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Meia	Rose Mika Jaqueline	Kelly Stefani	Jaciara Gislaine	Andressa Michele	Rosangela Eveline Rafaele
Inteira	Rosangela Michele	Mika Andressa Rose	Eveline Rafaele Jaqueline	Gislaine Kelly Jaciara	Stefani

1.6.6 PLANO DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NOS ESPAÇOS



DATA / MÊS	HORÁRIO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PARTICIPANTES
A DEFINIR		Dia da Família- presença das famílias no CMEI.	
20/09	14:00	Teatro- Projeto de Leitura: Era uma vez...	Crianças Educadores.
07 a 11/10	Manhã e tarde	Festividades em comemoração ao dia das crianças	Crianças Educadores.
12/12	15:00	Festa de encerramento.	Crianças, Educadores.

1.6.7 PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL

Consta no ANEXO: VII

1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR

Consta no ANEXO: IX

1.8 CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DA APMF E CONSELHO ESCOLAR

DATA /MÊS	HORÁRIO	PAUTA REUNIÃO	PARTICIPANTES
06/02	16h	- Apresentação da Instituição e dos membros - Tomada de decisões e - Gastos serem efetuados	- A.P.M.F. -Conselho Escolar e Comunidade
07/03	16h	- Tomada de decisões e gastos efetuados	- A.P.M.F. -Conselho Escolar e Comunidade
26/05	16h	- Tomada de decisões e gastos efetuados	- A.P.M.F. -Conselho Escolar e Comunidade

1.9 CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



DATA / MÊS	HORÁRIO	PARTICIPANTES
06/02	16h	- A.P.M.F. - Conselho Escolar E Comunidade
28/10	16h	- A.P.M.F. - Conselho Escolar E Comunidade

2- CONCEPÇÕES

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

De acordo com o termo em latim, sociedade significa *socitās* “associação” é um grupo de pessoas se relacionando, a fim de conseguir preservar seus objetivos comuns. Parte-se do princípio que por sociedade entendemos ser um grupo de indivíduos com interesses comuns, que se organizam em torno de uma atividade, seguindo a determinadas regras e normas em que o objetivo é conservar a sobrevivência comum de todos que se enquadram nos preceitos sociais. Porém a sociedade nos dias atuais é marcada historicamente pela desigualdade e discriminação por motivos étnicos raciais, econômicos, sociais ou religiosos. Fazem parte desse grupo, os indivíduos, pobres, moradores de rua, indígenas, negros, deficientes físicos ou intelectuais, dependentes químicos e comunidades LGBT.

Há três regras que movimentam o jogo perverso e excludente da representação:

1 A definição de normalidade com base no que é convencionalmente aceito e, portanto, tido como regular.

2 A comparação entre as pessoas e sua classificação, regida por uma lógica hierárquica e binária, que opera na oposição.

3 A fixação de uma identidade – o que costumamos denominar, também por rótulo ou estigma. (MANTOAN; LANUTI, 2022. p.26)



Desta forma a instituição escolar deve estar atenta a situações de qualquer tipo de discriminação e promover um ambiente propício para que todos, independente de raça, condição física, condição social, ou independente de sua opção sexual, de seu credo, possam expressar seus sentimentos sem medos de represálias, sentindo-se integrante no meio social.

Na instituição escolar é possível promover a propagação de uma cultura de tolerância, de igualdade e de não discriminação por meio de exibição de filmes com conteúdo condizentes e histórias infantis. Pois todo ser humano possui seu direito de proteção a qualquer tipo de omissão que atentem contra a dignidade humana.

2.1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como afirma Durkheim, as sociedades não são meramente a soma de indivíduos, mas um sistema formado pela associação entre indivíduos. Dessa forma, há uma organização, com instituições formais e informais, uma estrutura social que pode ser hierárquica ou não, e papéis sociais designados aos seus componentes. Esse arranjo permite a previsibilidade necessária para uma harmônica convivência entre as pessoas, permite também o planejamento e persecução de interesses individuais ou comunitários. Estudar como essa organização social é formada, operada e modificada é tarefa elementar da sociologia enquanto disciplina.

2.1.2 DIREITOS HUMANOS



Os Direitos Humanos constituem a categoria mais básica de direitos que qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, pode requerer em defesa própria ou de outrem. Não há distinção de classe social, cor, gênero, nacionalidade, religião, orientação sexual ou de qualquer outro tipo que anule os direitos fundamentais de uma pessoa. O **senso comum** tende a tratar os Direitos Humanos de maneira equivocada, pois algumas confusões de categoria são cometidas quando se fala do assunto. Por isso, é preciso estabelecer que: Os Direitos Humanos não são uma invenção. Como direitos pertencentes a qualquer ser humano, eles existem desde que existe ser humano na face da Terra. O que aconteceu foi o reconhecimento desses direitos já existentes, por meio de convenções e documentos oficiais.

Os direitos humanos pertencem à humanidade e aplicam-se a todos os seres humanos, sem exceção e nem distinção. Portanto, a crença do senso comum de que os Direitos Humanos servem para proteger certas pessoas, em detrimento de outras, está absolutamente incorreta. Não há uma pessoa, uma instituição ou um órgão que seja os Direitos Humanos. Existem ONGs, secretarias públicas e pessoas que lutam pela garantia dos Direitos Humanos em quaisquer situações. Portanto, as falas do senso comum que afirmam que “os Direitos Humanos não vão atrás das vítimas do crime” ou que “os Direitos Humanos não prestam ajuda à família do policial morto em conflito” são confusões categoriais. Os Direitos Humanos não podem agir por conta própria, visto que, enquanto uma ideia, um conceito que não existe fisicamente, podem apenas ser aplicados em determinadas situações. A atuação da ONU é fundamental para a garantia dos Direitos Humanos nos dias de hoje. Contando com a participação atual de 193 países (em 1945 eram 50 países), as diversas comissões da ONU trabalham pelo respeito aos Direitos Humanos, por meio de campanhas pela erradicação do trabalho escravo, pela educação gratuita e universal, pela paz e contra a violência, pela manutenção da saúde, pela erradicação da fome etc.

A menos que as ações ocorram por meio de campanhas de ajuda humanitária e fiscalização dos países signatários, a ONU não pode interferir diretamente na política e nas ações econômicas dos países. O máximo de interferência que pode haver por parte dela acontece por meio de acordos com os quais, caso algum país não aceite participar, os governos dos outros países acabam exercendo pressões externas e isoladas contra o país não signatário, como fechamento das fronteiras,



embargos de relações comerciais etc. A maioria das repúblicas e democracias parlamentaristas e constitucionalistas contemporâneas tem as suas leis alinhadas com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que garante, ao menos teoricamente, o respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos. As contribuições almejadas para a educação em direitos humanos e cidadania seriam, principalmente, promover e estimular situações relacionadas à prática da tolerância e do respeito às diversidades culturais, sexuais e étnicas, as quais estariam pautadas no processo necessário de[...] formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres [...]” (BRASIL, 2003,p. 10).A educação não é mais somente responsável pela transmissão de conteúdo, também é sua função preparar para a cidadania, o que significa que deve promover a compreensão dos direitos e deveres para que a convivência em sociedade seja plenamente vivenciada desde os primeiros contatos com o outro.

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, considerada os primeiros passos em relação à educação em direitos humanos e cidadania, ainda traz consigo resquícios do assistencialismo característico de décadas anteriores antes de ser considerada um dever do Estado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/96(BRASIL, 1996).Desde então, a Educação Infantil tem passado por um processo de desenvolvimento por meio do qual o olhar para a infância é redirecionado, tanto no que diz respeito à importância dos cuidados, quanto no que se refere à aprendizagem. Todavia, apesar das conquistas, há indícios de que a Educação Infantil ainda enfrenta dificuldades, principalmente no que se refere à educação em direitos humanos e cidadania, em que apesar das legislações assegurarem seu cumprimento as práticas pedagógicas não a contempla.

Os direitos humanos tornam-se obrigatórios e universais a partir de 10 de dezembro de 1948 quando a Organização das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos com a finalidade de defender as liberdades fundamentais do Homem. Nesse sentido, a educação, além de um direito garantido por lei, também tem como dever preparar o educando para ser um cidadão, ou seja, necessita ensinar-lhe quais são seus direitos e deveres para que os direitos dos outros e os seus não sejam desrespeitados, características essenciais para a vida em sociedade. Direitos esses que devem ser vivenciados em todos



os níveis educacionais, sem qualquer justificativa contrária para ausência de seu cumprimento.

2.1.3 – POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A inclusão é um direito das crianças e as instituições de Educação Infantil precisam estar preparadas para desenvolver planos significativos que incluam todas as crianças da turma, pois se houver atividade separada, estamos alimentando a exclusão. A escola é um espaço democrático, que deve estar aberto e preparado para receber todas as crianças. A Educação Infantil, fase inicial da formação acadêmica, representa o primeiro contato das crianças com esse universo repleto de aprendizados e novas descobertas, e a inclusão neste período é fundamental, pois além de todos os desafios que o pequeno terá ao iniciar a socialização, é preciso levar em conta que esse é um dos primeiros momentos em que o estudante estará longe dos olhares de sua família.

Trabalhar a inclusão na Educação Infantil é importante para que as crianças se adaptem ao ambiente escolar e possam dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam. De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Todos nós, como cidadãos brasileiros, temos direito a educação, sendo que qualquer tipo de restrição em relação a isso não é correto e impede que esse direito seja exercido. Por isso, o debate sobre a inclusão desde a Educação Infantil vem se fortalecendo bastante nos últimos anos. Por muito tempo, a educação inclusiva era realizada de forma paralela, por instituições de ensino especializadas nesta área. Porém, muitas escolas estão investindo em ações



reais de inclusão para que todas as crianças aprendem se desenvolvam no mesmo ambiente, sempre respeitando o tempo e as necessidades de cada uma.

Para a criança portadora de necessidades especiais, participar de um processo de inclusão é essencial para que ela tenha acesso a estratégias multidisciplinares, que irão ajudar no desenvolvimento da linguagem, das competências e das habilidades motoras, cognitivas e emocionais que são fundamentais para a sua formação. Esse acompanhamento exige muito preparo e conhecimento dos gestores e professores, pois a inclusão é uma etapa complexa e repleta de desafios, mas essencial para que as crianças tenham esse estímulo desde a Educação Infantil, tornando-as seguras e confiantes para os próximos passos que serão ainda mais desafiadores. Para trabalhar a inclusão na Educação Infantil na prática, é essencial que a equipe pedagógica faça um planejamento das atividades que são significativas para as crianças e que promovam a integração. Também é importante considerar o ritmo de cada estudante e as suas peculiaridades, somente assim a educação será realmente inclusiva. Desde o momento da matrícula, os pais que já perceberam que a criança apresenta alguma característica diferente, ficam ansiosos e preocupados com o atendimento que seu/sua filho/a necessita, e aflitos para saber como será a integração no novo grupo social. As crianças, em nosso centro, podem iniciar no Berçário, a partir de 4 meses de idade, e no caso de período integral, permanece no centro durante o dia. A rotina diária possibilita intensa interação entre crianças e educadores. O profissional ao perceber alguma característica que possa ser importante, comunica a equipe pedagógica que dedicará um tempo maior de observação e intervenções que considerar pertinente.

Não havendo êxito nas intervenções, os pais são sondados a respeito do comportamento da criança. Normalmente, tais situações já foram percebidas, o que nos permite trocar impressões e sugerir condutas que possam colaborar com o pleno desenvolvimento da criança. Há casos em que os pais já buscaram orientação de um Pediatra, que normalmente, orienta a família a aguardar o desenvolvimento da criança, pois há a possibilidade que as dificuldades sejam passageiras. Mesmo contando com educadoras que, em sua maioria, são graduadas em Pedagogia, nos sentimos despreparadas, aflitas e temerosas de cometer deslizes que possam melindrar as



famílias. Enquanto profissionais da Educação Infantil, depois da família, somos as primeiras a manter contato carinhoso e rotineiro.

Passamos por muitas situações às quais não recebemos formação ou conhecimento teórico, momento em que recorremos à nossa práxis docente. De qualquer forma, havendo a concordância da equipe pedagógica, convidamos os pais para uma conversa franca, cuidadosa e objetiva para que possamos dar início aos encaminhamentos pertinentes. Após a concordância da família, fazemos o encaminhamento da criança para avaliação no CMAE. Evidentemente, em sala de aula continuam as atividades com maior empenho para ajudar na integração de todos do grupo. No entanto, é possível perceber que as crianças possuem uma pureza singular, acolhendo umas às outras, sem segregar diante dos limites de um ou de outro, ao contrário, passam a “cuidar” do colega, sem prejuízo emocional das partes, numa rica experiência de convivência social.

Não é raro nos depararmos com famílias que não aceitam que a criança possa ter alguma característica diferente da maioria. Muitas justificativas sobre o comportamento são apresentadas no intuito de convencer o outro, mas principalmente a si mesmo a inexistência de uma situação a ser acompanhada. Essas situações são particularmente difíceis para todos, porque além de estarmos lidando com os “sonhos e emoções” da família, estas podem se sentir invadidas. Por outro lado, não são todas as deficiências que estão amparadas por lei para que seja providenciado um professor de apoio, além de não poderem contar com apoio especializado na elaboração de atividades que possam suprir as necessidades de adaptação conforme a necessidade individualmente, de cada criança.

Diante desse cenário, há de se registrar a preocupação que temos com a saúde mental das educadoras, pois notamos que há um enorme desgaste físico e mental havendo a necessidade de se ausentarem da sala por alguns instantes, uma de cada vez, para que possam reencontrar o equilíbrio. Sabemos que o tempo entre a avaliação pela equipe multidisciplinar ao diagnóstico não é curto, por várias razões – o tempo citado é um agente complicador no processo educacional, já que a espera é de aproximadamente um ano, pelo diagnóstico do CMAE. Desse modo, o educador, a turma, a família e a própria criança ficam expostos a situações de elevado estresse – o que acaba por sobrecarregar o



educador no exercício das suas funções, sendo comum o surgimento de síndromes e transtornos relacionados ao desempenho de suas funções.

2.2 – CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A definição do conceito de criança só é possível quando permeada pela reflexão acerca da concepção de infância e sua construção histórica. Assim para compreender a criança enquanto sujeito histórico, é fundamental compreender as práticas sociais de infância. Ao aprofundar-se nos conceitos de concepção de criança, fica evidente o quanto os conceitos foram se transformando ao longo dos séculos, e questões, como afetividade, direitos e deveres começam a se destacar.

Portanto, ainda com muitos direitos a serem alcançados, não se pode negar avanços qualitativos na Educação Infantil, onde a concepção de criança passa ser entendida como ser integral, vista em todos os seus aspectos (Currículo -Paraná, 2020, p. 39). Nesse contexto, o papel da educação infantil se constitui fundamental, ao promover o desenvolvimento de saberes. E as concepções de educação infantil ganham força com a elaboração de documentos oficiais que asseguram os direitos conquistados das crianças.

Um dos princípios postos na legislação para a Educação Infantil é o cuidar e o educar, e o brincar em um processo de interação. Essa relação que é indissociável, exige atenção aos momentos que permeiam o cotidiano da Educação Infantil, ricos de vivências e experiências.

2.2.2 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E CRIANÇA

Os estudos sobre criança e infância, os quais passaram por grandes construções e reconstruções ao decorrer do tempo, são extremamente relevantes para entendermos as reais necessidades das crianças e torná-las um ser de direitos. Nesta perspectiva as



interpretações sobre as concepções de infância e criança são relativamente novas, embora sempre tenha existido, a visão da sociedade como a que conhecemos hoje, é um fato historicamente recente.

É importante destacar que, o conceito dado à criança e a infância não são semelhantes, pois não há uma única criança, ao mesmo tempo em que também não há uma única infância (Jacomé, 2018). Desde então, a partir do século XVII, começou a surgir à concepção de que a criança era muito diferente do adulto, e que essa diferença não estava só no físico. Nesse contexto as concepções de infância avançam e as crianças conquistam muitas mudanças no mundo atual. As concepções de criança e infância trouxeram grandes mudanças para a educação infantil, o educador passa a trabalhar com maior conhecimento sobre o que precisa, os seus direitos e o que identifica a criança.

Com a institucionalização da escola e da infância, o conceito dado à criança começa gradativamente a sofrer significativas mudanças, considerando a escolarização das crianças, nos anos iniciais de vida, como observa Dolto (1993), que por questões de ocupações dos pais, crianças passam um período longo, incluindo os primeiros meses de vida em instituições e creches. A escola foi um instrumento fundamental no processo de construção da “nova” criança, na qual seria um ambiente de preparação para a vida adulta, o que antes era pautado por uma educação assistencialista e compensatória, agora há uma compreensão de que o atendimento a criança deve envolver aspectos educacionais e de cuidado, nos quais no próximo tópico iremos abordar sobre as ações de cuidar e educar.

2.2.3 ARTICULAÇÃO ENTRE AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR

O tema cuidar e educar na educação infantil trata de questões específicas do papel dos profissionais. Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser humano não ocorre em momentos e de maneira compartimentada. Portanto, na Educação Infantil, o ato de cuidar e educar são indissociáveis. Não tem como separar essas duas ações. De acordo com o documento Referencial Curricular do Paraná (2020) o cuidar deve suprir as necessidades das crianças, mediando o desenvolvimento das capacidades humanas. Já o educar, deve contribuir na formação da crianças em sua inserção social e em seu desenvolvimento. Para



algumas instituições ou profissionais de Educação Infantil, as atividades mais ligadas aos aspectos corporais e biológicos da educação — como a higiene, a alimentação, o descanso e outras — são tarefas de cuidado, enquanto as tarefas que “mexem com a cabeça” — como pintar, desenhar, fazer experiências em ciências ou elaborar um texto coletivo — são tarefas educativas (LOPES et al. In: Coleções Proinfantil, Unidade 1, Mód. III, MEC, V. 2, 2006, p. 30).

O que vemos na prática, segundo Rossetti-Ferreira (2001), é que, quem educa, muitas vezes, não se propõe a cuidar. Por outro lado, os (as) profissionais responsáveis por alguns cuidados específicos — como dar o banho, trocar fraldas, alimentar — acabam não sendo considerados aptos a educar. O que devemos lembrar é que na relação com a criança estaremos sempre assumindo um lugar que será fundamental para a construção da sua subjetividade, seja cuidando ou descuidando do outro. O

cuidar e o educar da criança são dois processos complementares e indissociáveis. Não podemos cuidar das crianças sem educá-las, como também não podemos educá-las sem cuidar delas. Se temos preocupação em educá-las, é porque as crianças inspiram cuidados, evidenciando que esses dois aspectos da Educação Infantil, na verdade, se constituem num só, não acontecem isoladamente. Portanto, o cuidar educar não pode ser pensado nem trabalhado de forma desagregada, desunida.

2.2.4 CONCEPÇÃO DE JOVEM, ADULTO E IDOSO. (EJA)

(Não se aplica).

2.2.5 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com o Currículo Municipal de Educação Infantil de Paranaguá: A transição para o Ensino Fundamental requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de



aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em parecer e portfólios, ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada criança do Ensino Fundamental. Conversas, visitas e troca de materiais entre os profissionais dos CMEIs e Escolas também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar.

Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a serem explorados em todo o segmento da Educação Infantil e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao mesmo.

2.2.6 TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

(Não se aplica.)



2.2.7 EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EDUCAÇÃO ESPECIAL ENQUANTO MODALIDADE DE ENSINO TRANSVERSAL, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E ATENDIMENTO DOMICILIAR)

(Não se aplica.)

2.2.8 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE DE GÊNERO

É importante destacar práticas pedagógicas que abordem as diversidades étnico-raciais na Educação Infantil, a fim de que, desde o início da sua escolarização, a criança possa criar o sentimento de pertencimento racial e respeito à diversidade, ressaltando para isso a necessidade da formação docente inicial e continuada. Moramos em um país com multiplicidade étnico-racial e vivemos em meio a debates sobre as essas relações na sociedade brasileira, o que envolve muitas problemáticas – como o ensino nas escolas, que está a serviço da sociedade, transmitindo conhecimentos, convicções e valores. O que aprendemos na escola norteia nossa visão de mundo; por isso há demanda de um ensino em que haja espaço para a diversidade, em detrimento do eurocentrismo, tão recorrente principalmente nas áreas de História, Literatura e Artes.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas



áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Pressões de diversos movimentos sociais e legislações colaboraram para que houvesse mais abertura para tratar a temática étnico-racial nas escolas; diante disso, cabe ao educador estar preparado. Sabemos que a escola presta serviço à sociedade transmitindo conhecimentos, convicções e valores, e em meio tantos debates sobre as relações étnico-raciais é papel da escola tratar essa temática valorizando as diversidades, criando o sentimento de pertencimento étnico e cultural; e promover a igualdade de todos, o respeito e o combate a qualquer tipo de preconceito. Só assim teremos uma sociedade mais igualitária. É de fundamental importância abordar as diversidades étnico-raciais na Educação Infantil para que desde os primeiros anos as crianças construam uma autoimagem positiva, respeitando e valorizando as diversidades. A inserção de tal temática é indispensável para transformações na sociedade, em busca de uma educação para todos, em que, pelo estudo de história, etnias e culturas se compreendam as peculiaridades dos povos e se respeitem as diferenças.

2.2.9 CONCEPÇÃO DO ENSINO INTEGRAL

Partindo do pressuposto que a educação integral contempla a criança/sujeito em sua totalidade, nas suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural, tendo como elemento central desse processo, o desenvolvimento integral. Sendo assim, de acordo com o Caderno 1, O que é Educação Integral, Currículo e Educação Integral na Prática - UMA REFERÊNCIA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS, sobre os aspectos das dimensões do Desenvolvimento Integral:



Dimensão física: relaciona-se à compreensão das questões do corpo, do autocuidado e da atenção à saúde, da potência e da prática física e motora. Dimensão emocional ou afetiva: refere-se às questões do autoconhecimento, da autoconfiança e capacidade de auto realização, da capacidade de interação na alteridade, das possibilidades de auto reinvenção e do sentimento de pertencimento. Dimensão social: refere-se à compreensão das questões sociais, à participação individual no coletivo, ao exercício da cidadania e vida política, ao reconhecimento e exercício de direitos e deveres e responsabilidade para com o coletivo. Dimensão intelectual: refere-se à apropriação das linguagens, códigos e tecnologias, ao exercício da lógica e da análise crítica, à capacidade de acesso e produção de informação, à leitura crítica do mundo. Dimensão cultural: diz respeito à apreciação e fruição das diversas culturas, às questões identitárias, à produção cultural em suas diferentes linguagens, ao respeito das diferentes perspectivas, práticas e costumes sociais. (Caderno 1, O que é Educação Integral, Currículo e Educação Integral na Prática - UMA REFERÊNCIA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

De acordo com a BNCC o conceito de Educação Integral “a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva” (BNCC, 2017, p.8).

Portanto, a educação integral visa o pleno desenvolvimento dos sujeitos para além dos muros da escola, reconhece as crianças e os jovens como sujeitos de direitos com suas singularidades.

2.2.10 AÇÕES DE MONITORAMENTO PARA A BUSCA ATIVA DAS CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES INFREQUENTES.

O CMEI Nossa Senhora do Rocio não possui muitas incidências de casos de infrequência escolar, porém quando ocorre, os instrumentos utilizados para realizar a busca ativa das crianças são: ligações telefônicas, mensagens via aplicativo WhatsApp, conversas com os seus responsáveis.



2.2.11 INSTRUMENTOS DE REGISTROS DE PREVENÇÃO AO ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR (SISTEMA EDUCACIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO- SERP E CONSELHO TUTELAR)

Apesar de no CMEI Nossa Senhora do Rocio não haver muitos casos de infrequência escolar, as crianças que estão em tratamento médico e ocasionalmente tem um número significativo de faltas, não são prejudicadas por esse fato, visto que, na maioria das vezes as mães apresentam declarações de comparecimento em consultório médico e/ou atestado médico. Já os casos de crianças com faltas injustificadas, a professora comunica a equipe pedagógica que faz a busca ativa por meio de (ligações, Mensagens via WhatsApp, recados, visitas na residência da criança (quando se faz necessário). Vale ressaltar que todas essas ações são registradas em ata, além disso, usamos o SERP que é o sistema para registro dos casos de infrequência. Diante disso, tendo sido esgotadas todas as tentativas acima mencionadas, se não houver resultado satisfatório, em última instância é acionado o Conselho Tutelar pedindo providências.

2.3. CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Gestão é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos (humanos, financeiros, materiais e tecnológicos) para atingir os objetivos de uma organização. Envolve tomar decisões estratégicas e operacionais, estabelecer metas, medir o desempenho, monitorar o progresso e ajustar os planos conforme necessário. A gestão é responsável por motivar e coordenar os esforços da equipe para garantir o sucesso da organização, e tem como objetivo garantir que a organização seja capaz de maximizar seus recursos e atingir seus objetivos da maneira mais eficiente possível.

Para alcançar esse objetivo, os gestores utilizam uma variedade de técnicas, ferramentas e abordagens. Eles devem ser capazes de liderar e motivar as pessoas,



gerenciar o orçamento e as finanças, implementar estratégias de negócios, gerenciar projetos e processos, gerenciar riscos e tomar decisões importantes que afetam a organização como um todo.

A instituição de ensino, preza sempre pela gestão democrática. E entendemos que, atualmente, vivemos num momento de processo muito importante da Educação Infantil. Discute-se e fala-se dela como nunca antes, por esse motivo, a participação e a gestão são processos que se constroem no cotidiano da instituição educacional. Criamos um ambiente próprio para que haja interação entre educadores, funcionários, pais e comunidade. As tomadas de decisões são feitas através de reuniões onde todos participam, discutem e opinam compartilhando valores e objetivos.

Uma forma de interação entre os familiares e que demonstra muito contentamento por parte deles, é a exposição de projetos e as práticas de ensino que as crianças desenvolvem na instituição. Esta troca é muito benéfica para ambas as partes, pois as famílias acompanham o desenvolvimento dos seus filhos, e começam a perceber, o valor da educação infantil.

A comunicação ocorre através de encontros com os familiares, bilhetes e avisos, temos uma página em uma rede social, através desses meios de comunicação, temos a oportunidade de expor o cotidiano escolar, demonstrar as práticas pedagógicas, aproximar, inserir discutir junto à comunidade as propostas da instituição. Aproveitamos os momentos de reuniões com os funcionários, e os conselho de classe para podermos colocar em pauta, assuntos que possam gerar reflexões, com o intuito das melhorias das práticas pedagógicas, sobre a postura profissional, e sobre a parceria dos familiares no CMEI.

2.3.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A instituição de ensino, preza sempre pela gestão democrática. E entendemos que, atualmente, vivemos num momento de processo muito importante da Educação Infantil. Discute-se e fala-se dela como nunca antes, por esse motivo, a participação e a gestão são processos que se constroem no cotidiano da instituição educacional. Criamos um ambiente próprio para que haja interação entre educadores, funcionários,



pais e comunidade. As tomadas de decisões são feitas através de reuniões onde todos participam, discutem e opinam compartilhando valores e objetivos.

Uma forma de interação entre os familiares e que demonstra muito contentamento por parte deles, é a exposição de projetos e as práticas de ensino que as crianças desenvolvem na instituição. Esta troca é muito benéfica para ambas as partes, pois as famílias acompanham o desenvolvimento dos seus filhos, e começam a perceber, o valor da educação infantil.

A comunicação ocorre através de encontros com os familiares, bilhetes e avisos, temos uma página em uma rede social, através desses meios de comunicação, temos a oportunidade de expor o cotidiano escolar, demonstrar as práticas pedagógicas, aproximar, inserir discutir junto à comunidade as propostas da instituição.

Aproveitamos os momentos de reuniões com os funcionários, e os conselho de classe para podermos colocar em pauta, assuntos que possam gerar reflexões, com o intuito das melhorias das práticas pedagógicas, sobre a postura profissional, e sobre a parceria dos familiares no CMEI.

2.3.3 EIXO DE GESTÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, DOS RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS, MATERIAIS E FINANCEIROS.

O CMEI Nossa Senhora do Rocio possui o espaço físico composto por 5 salas de aula, 1 cozinha e um refeitório, 2 banheiros para uso dos servidores, 1 sala de Direção e Coordenação no mesmo ambiente. 1 banheiro feminino e 1 banheiro masculino para as crianças das turmas infantil 3 e 4, 1 banheiro com fraldário e 2 chuveiros para uso coletivos das turmas infantil 1 e 2. Conta com 1 quadro de funcionários composto por 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 agente de apoio operacional, 1 merendeira (terceirizada) e 13 educadoras e 1 agente de apoio (que atua em sala de aula), e 2 estagiárias. Os materiais utilizados no cotidiano escolar, tanto pedagógicos quanto administrativos são recebidos da Secretaria Municipal de Educação e também adquiridos com recursos do PDDE conforme as necessidades da instituição.



2.3.4 ARTICULAÇÃO ENTRE UNIDADE EDUCACIONAL - FAMÍLIA COMUNIDADE

Segundo (BUJES, 2001. p. 13) durante muito tempo a educação das crianças foi considerada responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual pertencia. Era junto aos adultos e outras crianças com as quais convivia que a criança aprendia a se tornar membro desse grupo, a participar das tradições que eram importantes para a comunidade e a dominar os conhecimentos que eram necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta. Por um bom período na história da humanidade, não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar a responsabilidade pela educação da criança com seus pais e com a comunidade da qual eles faziam parte.

Observamos que a família reproduz os costumes e o jeito de educar dos mais velhos, a instituição tem por tarefa, trazer informação para a comunidade sobre o quanto a criança já foi invisível, considerando paradigmas de educação que violava sua existência. A partir da apropriação desse conhecimento histórico e conscientes de que enquanto professores somos formadores dos contextos nos quais vivemos e trabalhamos, reconhecemos a responsabilidade que temos com a promoção do desenvolvimento integral da criança, para isso precisamos conhecer e conversar com a família e a comunidade onde vivem nossas crianças.

A instituição se empenha para oferecer a família oportunidades de refletir sobre a sua importância no diálogo, com a instituição. Em nossas reuniões e conversas na entrada e saída das crianças, na agenda, através de recados, pedindo o comparecimento do responsável quando se fizer necessário, e, informes sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos, pois no desdobramento dos projetos, a parceria da família é fundamental. O objetivo é aproximar a instituição da família e a família da instituição. Acreditamos que na troca e no comprometimento de todos os atores (**INSTITUIÇÃO/FAMÍLIA/COMUNIDADE**) está o sucesso do nosso trabalho e alcançaremos o objetivo de colaborar para a formação das crianças de forma positiva e marcante.

Abrir as portas dos CMEI para os pais significa acolher diferenças, crenças e costumes distintos, conferindo valor e respeito à diversidade. Dando importância a isso



o nosso CMEI cria espaço para escutar e partilhar os diferentes pontos de vistas sobre a formação das crianças em reuniões de pais, ou em conversas em grupos menores; organiza atividades para a convivência e experiências culturais envolvendo a comunidade; escolas de pais, com palestras por profissionais capacitados; exposições de trabalhos; festas comemorativas com a participação dos pais dividido por turmas por não termos espaço físico para reunir toda comunidade ao mesmo tempo.

O desenvolvimento da criança começa antes mesmo do início da vida escolar, a partir da interação com os pais e / ou responsáveis, pois são com eles que os pequenos aprendem a manusear objetos, a comer, a escovar os dentes, entre outras atividades. Nesse processo de aprendizagem, os avanços são graduais e constantes. Brougère (1997) destaca esse aspecto ressaltando a importância desse relacionamento entre pais e / ou responsáveis com as crianças, sobretudo no que diz respeito aos sentidos que a brincadeira assume.

Já a Constituição Federal nos revela que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988). O texto constitucional destaca que as crianças têm direitos: à vida, à saúde, ao lazer, ao bem estar, entre outros; cabendo, além da sociedade e ao Estado, mas principalmente à família garantir todos esses direitos.

Apesar de ser um direito, infelizmente a educação infantil ainda é vista como uma etapa menor da educação, pois muitos não têm o discernimento de que ela servirá como base para a estruturação da formação e, conseqüentemente, para a vida do indivíduo. Para que isso se efetive, fundamentalmente, é necessário o envolvimento de toda a comunidade educativa (pais / responsáveis, educadores e outros profissionais) em um projeto compartilhado que vise à construção de uma educação de qualidade que contemple as diversas formas de expressão. Isto quer dizer que, somente em parceria com a família é que a educadora / monitora poderá efetivar práticas que extrapolem o espaço escolar e se perpetuem em outros momentos da vida da criança.

A participação e a parceria dos pais e / ou responsáveis na educação de seus filhos é de



fundamental importância, elas se completam e com isso quem ganha é a criança, pois se sentirá mais segura emocionalmente na sua formação. Entendemos que a responsabilidade pela educação da criança é da família, da comunidade e do poder público e por isso procuramos manter um contato diário com os pais que deixam suas crianças no centro, além de promovermos reuniões (momentos em que os pais têm a oportunidade de visualizar a rotina do filho, acompanhando a apresentação em DVD, preparados com várias filmagens / fotos das atividades) em cada turma e realizarmos alguns eventos durante o ano, em que os pais têm a oportunidade de buscar esclarecimentos, sugerir e acompanhar o trabalho desenvolvido por nós.

2.3.5 ARTICULAÇÃO ENTRE O DIRETOR, OS PEDAGOGOS E OS DEMAIS PROFISSIONAIS.

A conexão entre o diretor e pedagogo na instituição escolar é peça-chave para o sucesso da unidade escolar. E, para isso, diretor e pedagogo devem, tanto entre si quanto com os demais educadores, exercer cotidianamente uma escuta ativa. Essa comunicação precisa ser sensível; caso contrário, ao invés de pontes, constroem-se muros. Assim sendo, essa parceria significa o sucesso de uma gestão que juntas se complementam, ou seja, um ajuda o outro com a finalidade de atingir os objetivos. Além disso, é de extrema importância que haja afinidade e respeito entre as partes, que se apoiem mutuamente.

A instituição Nossa Senhora do Rocio, buscando sempre o cumprimento de metas e objetivos durante o ano letivo, procura manter um bom entrosamento entre toda equipe visando alinhar todas as atividades, onde são realizadas periodicamente reuniões para repasse de informações, mas também ouvindo reivindicações e sugestões. Desta forma, muitas decisões são tomadas democraticamente. A equipe gestora procura incentivar o grupo dando apoio, estímulo, valorizando o trabalho da equipe, dando feedback, suporte sempre que necessário. Desta forma, quando se atua em parceria com a coordenação pedagógica, esse processo acontece de forma que todos os envolvidos se esforçam para as atingir os objetivos estabelecidos no planejamento através do cumprimento de seus trabalhos.



A parceria entre gestores e professores só ocorre se buscarmos sempre construir coletivamente. Então, criar momentos de troca com toda a equipe torna-se necessário. Assim, se possível, organize um horário semanal de reunião em que todos os membros da equipe possam se expressar, deliberar, enfim, definir os rumos da escola. (NOVA ESCOLA)

Sendo assim, é de extrema importância que haja equilíbrio e jogo de cintura para ajustar constantemente as atribuições da nossa rotina profissional multifuncional no ambiente escolar.

2.3.6 REGISTROS OFICIAIS DE OCORRÊNCIAS PEDAGÓGICAS E INTERPESSOAIS NO AMBIENTE EDUCACIONAL.

No CMEI Nossa Senhora do Rocio quando ocorre conflitos, tem por hábito fazer uma reunião com os envolvidos, ouvir a todos e como forma de solucionar o problema tentar uma conciliação entre as partes e também como respaldo fazer o registro em ata onde todos assinam.

2.3.7 ARTICULAÇÃO ENTRE UNIDADE EDUCACIONAL E A MANTENEDORA.

Enquanto instituição escolar, o CMEI Nossa Senhora do Rocio tem como mantenedora a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a qual supervisiona e quando necessário nos oferece suporte técnico e pedagógico. Temos uma relação de profissional onde quando surge na instituição qualquer tipo de problemas relacionado a documentação e/ou situação que precisamos de auxílio, entramos em contato para pedir orientações pelos responsáveis técnicos da mantenedora. Além disso, periodicamente recebemos visitas técnicas de um supervisor que faz anotações sobre as nossas necessidades e reivindicações.



2.3.8 ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES.

A relação entre os profissionais que atuam na educação infantil e a criança são de brincar e cuidar, mas fundamentalmente, essa relação deve ser baseada na afetividade. A afetividade vem sendo debatida e defendida por profissionais da educação em geral, as relações afetivas não podem ser ignoradas, pois estão presentes no desenvolvimento, fazem parte da natureza humana e podem interferir de forma positiva nos processos cognitivos. São muitas as contribuições da relação afetiva para o processo de aprendizagem, cuidar e educar são atos de amor, de dedicação, que requerem tempo e disponibilidade. Assim, para que a criança tenha um desenvolvimento saudável e adequado em sua vida social, intelectual e escolar é necessário que haja um estabelecimento da relação professor e criança positiva.

Aos voltarmos nossos olhares para as necessidades do universo da educação infantil, nota-se que o vínculo de afeto, é necessário para a formação integral da criança, e imprescindível para as relações humanas. Desse modo, o perfil diferenciado do professor de Educação Infantil cria um ambiente sócio afetivo saudável para esses pequenos seres em formação. Em uma sociedade onde a agressividade é absolutamente assustadora, a solução está somente no afeto para uma boa educação infantil.

2.3.9 PLANO DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO A QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO BULLYING E CYBERBULLYING, DE ACORDO COM A LEI 14.811/2024 QUE ALTERA ALGUNS ARTIGOS DO ECA.

Lei 14.811/24 criminaliza o bullying e o cyberbullying, altera o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Crimes Hediondos. Em 15.01.2024 entrou em vigor Lei 14.811, de 12 de janeiro de 2024, institui medidas nacionais de prevenção e combate à violência praticada contra crianças e adolescentes, principalmente, se ocorrer em estabelecimentos educacionais ou similares, públicos e privados e previu a Política Nacional de Prevenção e prevê o combate ao Abuso e



Exploração Sexual da Criança e do Adolescente. Dentre outras previsões importantes, a nova lei modificou o Código Penal, a Lei de crimes hediondos e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Uma super novidade da Lei 14.811/2024 foi o acréscimo do Art. 146-A ao Código Penal, criminalizando a prática de bullying e cyberbullying, que ficam assim definidos:

Ø Bullying - Intimidação Sistemática - “Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, Cyberbullying - Intimidação Sistemática Virtual - “Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real.”

Pela leitura do novo dispositivo legal, percebe-se que no crime de bullying e cyberbullying a conduta de intimidação exercitada contra a vítima (que pode ser uma violência física ou psicológica) deve ser sistemática, ou seja, não pode ser uma conduta eventual (apenas um ato), podendo, ainda, ser praticada, individualmente ou em grupo. Para a prática do crime de bullying e cyberbullying também não é necessária uma motivação evidente a prática da conduta delituosa, podendo o ilícito se dar por atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais.

Segundo o novo Art. 167-A do Código Penal, a pena prevista para o crime de bullying não é privativa de liberdade, mas pena de multa, se não constituir crime mais grave. Isso significa que o crime de bullying foi tipificado como um crime de menor potencial ofensivo, devendo ser processado e julgado no Juizado Especial Criminal. Já se o crime for praticado pela internet (rede social, aplicativos, jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente virtual, ou transmitida em tempo real), será tipificado como cyberbullying. Nesse caso, a pena passa a ser de reclusão de 2 a 4 anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave. O processo e julgamento do crime de cyberbullying correrá em uma Vara Penal



e não no Juizado Especial Criminal. Chamo atenção para o fato de que no crime de bullying e cyberbullying não importa da idade da vítima. Logo, criança, adolescentes e adultos podem ser vítimas de tais crimes.

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O planejamento é um momento de reflexão do professor, que, a partir das suas observações e registros, prevê ações, encaminhamentos e propostas pedagógicas. O planejamento é instrumento orientador do trabalho que será desenvolvido, de acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 196) cabe:—Ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los. Deve-se considerar no planejamento à rotina, base essencial na educação infantil. Horários, emprego de tempo, sequência de ações, dentre outros. Evidencia-se assim que rotina consiste em um importante elemento na Educação Infantil, já que proporciona à criança sentimentos de estabilidade e segurança.

São sete os eixos do planejamento da Educação Infantil que são: Natureza e Sociedade, Identidade e Autonomia, Linguagem Oral e Escrita, Raciocínio Lógico e Matemático, Artes Visuais, Música e Movimento. Visando os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, pode-se destacar que temos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, estes asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.



Ressalta-se que se tratando de Educação Infantil utiliza-se como base do planejamento o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil como articulador do processo e o Referencial Curricular do Município. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, é um documento que faz referência a estrutura do currículo, em caráter nacional, para a Educação Infantil. O mesmo foi um marco em termos de ressaltar a importância da Educação Infantil. Portanto, podemos concluir que o planejamento é uma fiel ferramenta de trabalho para o docente, pois o mesmo possibilita ao educador organizar sua aula de modo propício ao desenvolvimento da turma, bem como, prevê os recursos a serem utilizados durante a aula.

No entanto, como vimos no decorrer da pesquisa, há de se considerar no planejamento da Educação Infantil que este lugar agradável, onde se brinca, deve ser também um espaço estimulante, educativo, seguro, afetivo, com professores realmente preparados e altamente qualificados para acompanhar a criança nesse processo intenso de descobertas, desenvolvimento e de crescimento

2.4.2 PLANO DE AÇÃO DO DIRETOR

Plano de Ação: Lizabete do Rocio Vanhoni Gonçalves

1 Justificativa

Como diretora do CMEI “Nossa Senhora do Rocio”, estou ciente da importância de desenvolver um plano de ação para enfrentar os desafios atuais e promover uma excelente educação.

Ao longo dos 13 anos à frente desta instituição, busquei trabalhar de forma democrática, estabelecendo metas e acompanhando resultados. Diante da situação desafiadora causada pela pandemia do COVID-19, foi crucial adaptar nossas práticas e



encontrar soluções inovadoras para garantir o processo de ensino-aprendizagem, por esse motivo se faz necessário esse documento, por causa do isolamento social que a pandemia nos impôs foi necessário adiar muitas metas e ações que tínhamos para aqueles anos, por isso hoje faz-se necessário planejar novamente levando em conta nossa realidade atual.

Por fim, gostaria de agradecer toda a equipe do CMEI. Mantive um bom relacionamento interpessoal, geri com eficiência os recursos materiais, físicos e financeiros. Busquei formas de otimizar nossos investimentos, reduzindo custos sem comprometer a qualidade dos serviços oferecidos.

Com a implementação deste plano de ação, tenho confiança de que o CMEI enfrentará os desafios e continuará proporcionando uma educação de excelência, tenho certeza de que com a equipe escolar e com o apoio de toda comunidade serão alcançados resultados satisfatórios para o desenvolvimento integral das nossas crianças.

2 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Em 20 de maio de 2009, durante a gestão do Prefeito Municipal José Baka Filho, o Centro Municipal de Educação Infantil "Nossa Senhora do Rocio" foi inaugurado para atender à crescente população dos bairros Vila do Povo e áreas próximas. O CMEI foi criado com o objetivo de oferecer um espaço educacional para crianças, especialmente aquelas que precisavam frequentar a Educação Infantil, além de considerar as necessidades das mulheres que trabalham fora de casa. O terreno para a construção do CMEI foi doado por Edil José da Costa Leite Junior, com a participação atenta da comunidade. O nome "Nossa Senhora do Rocio" foi escolhido em homenagem à padroeira do Estado do Paraná, sendo a primeira diretora Cristiane Gonçalves Martins, substituída por mim posteriormente. O CMEI tem sido uma instituição essencial para atender às necessidades educacionais das crianças da região, composta por famílias



trabalhadoras, onde homens e mulheres atuam em várias áreas em busca do sustento de suas famílias.

3 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

O CMEI "Nossa Senhora do Rocio" oferece educação infantil para crianças de 0 a 5 anos, com sete turmas disponíveis.

A instituição possui uma moderna e funcional estrutura física, composta por 5 salas de aula, uma sala para a direção e coordenação, 3 banheiros infantis (masculino, feminino e para bebês), 2 banheiros para funcionários, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 almoxarifado, 1 lavanderia e 1 parque lúdico, proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças.

A equipe escolar é formada por 21 membros, que incluem educadores, monitoras, estagiárias, serviços gerais, agente de apoio, pedagoga e gestora.

4 OBJETIVO, DESAFIO, AÇÕES, CENÁRIOS E PRAZO

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO**

Elaborar um cronograma abrangente para o CMEI, incluindo atividades pedagógicas, administrativas e de limpeza, visando planejar e executar eficientemente todas as tarefas.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

A falta de um cronograma organizado pode levar a sobrecargas, falta de priorização de tarefas e desperdício de recursos. Com uma gestão mais eficiente, busca-se melhorar a qualidade da educação e alcançar os objetivos de cada setor.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Realizar um levantamento detalhado das informações do CMEI, estabelecer objetivos claros, envolver ativamente a equipe educacional, administrativa e de serviços gerais, definir prazos realistas e revisar periodicamente o cronograma. A comunicação eficiente será essencial, divulgando o cronograma amplamente para toda a equipe do CMEI. O



cronograma incluirá calendário de limpeza, organização das salas, cantinhos pedagógicos e medidas de preservação.

- **CENÁRIO ATUAL**

Os funcionários conhecem suas tarefas, mas às vezes falta ajuste para melhor desempenho.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**

Um CMEI, onde cada funcionário tenha autonomia de trabalho, mas que saiba seus direitos como também seus deveres dentro da instituição.

- **PRAZO PARA CONCLUSÃO**

A reunião para estabelecer o cronograma será no início do ano letivo, com avaliações contínuas e melhorias. Fevereiro de 2024.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 2**

Criar um ambiente positivo e comprometido no CMEI, promovendo valores compartilhados e comunicação eficiente com foco nos objetivos educacionais.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

O desafio é promover princípios éticos e morais compartilhados, criando comprometimento com a instituição, além de proporcionar um ambiente seguro e estimulante para o desenvolvimento das crianças.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Refletir sobre a cultura desejada, definir como as crianças e profissionais devem se sentir no espaço e trabalhar diariamente para criar uma cultura de arrumação, limpeza e organização.

- **CENÁRIO ATUAL**

A cultura de organização precisa ser melhorada devido às demandas diárias.

- **CENÁRIO QUE PRETENDEMOS**

Um CMEI limpo, organizado e acolhedor, onde todos se sintam bem e seguros.

- **PRAZO**



A organização e limpeza do CMEI serão constantes, com faxinas pesadas mensais e, em casos específicos, a cada 15 dias.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 3**

Garantir educação de qualidade e desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, alinhado com a BNCC, enfatizando práticas pedagógicas que atendam suas necessidades e potencialidades individuais.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

Promover educação de qualidade respeitando as individualidades das crianças, oferecendo um currículo sólido e coerente, alinhado com as competências essenciais para o desenvolvimento integral, conforme a BNCC.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Criar um grupo de estudo sobre a BNCC e o currículo municipal, adaptando-os à realidade das crianças e promovendo seu protagonismo. Disponibilizar a BNCC e o Currículo Municipal para as educadoras para orientação pedagógica.

- **CENÁRIO ATUAL**

No CMEI, já caminhamos para colocar a BNCC em prática, com educadoras atualizadas buscando melhorias em suas aulas para as crianças.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**

Ter um CMEI onde as diretrizes curriculares sejam parte do cotidiano e das aulas, prezando pela qualidade educacional.

- **PRAZO**

Em cada mês realizar o grupo de estudo nas horas atividade.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 4**

Criar ambiente de trabalho positivo e fortalecer o trabalho em equipe para melhor atendimento e educação das crianças no CMEI.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**



O desafio é promover a satisfação dos funcionários, fortalecer o trabalho em equipe e melhorar o atendimento e educação para as crianças atendidas no CMEI, criando um ambiente de reconhecimento, respeito e apoio aos profissionais.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Realizar feedbacks positivos periódicos para as educadoras, promover cafés mensais para aniversariantes, priorizar a participação dos funcionários nas decisões e incentivar o trabalho pedagógico das professoras.

- **CENÁRIO ATUAL**

Precisamos valorizar ainda mais os profissionais do CMEI e melhorar a cultura de reconhecimento.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**

Um ambiente de trabalho harmonioso, valorizando e incentivando o trabalho dos profissionais, aberto ao diálogo e compartilhando momentos positivos.

- **PRAZO**

Cafés colaborativos a cada dois meses para aniversariantes e incentivo ao trabalho pedagógico das professoras serão realizados regularmente.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 5**

Desenvolver uma proposta educacional alinhada aos princípios do CMEI, garantindo qualidade no ensino, formação integral das crianças e envolvimento da comunidade escolar.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

O desafio é garantir qualidade no ensino e desenvolver habilidades completas das crianças, abordando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. A participação ativa da comunidade escolar é essencial para um ambiente propício ao aprendizado e desenvolvimento socioemocional das crianças.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Conversa com funcionários sobre a importância do PPP no início do ano letivo, estudo para contemplar os elementos necessários no documento, reuniões com funcionários,



famílias e comunidade para definir objetivos e metas e estabelecimento de marcos avaliativos para ajustes contínuos.

- **CENÁRIO ATUAL**

O PPP é construído com a participação de todos, mas busca melhorias, especialmente no envolvimento da família e comunidade.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**

Um PPP regulamentado e ativo, construído e implantado com a participação unida de todos os responsáveis pelo CMEI, buscando a qualidade da educação.

- **PRAZO**

Já no início do ano estabelecer as reuniões para se fazer um PPP com excelência. (fevereiro/março 2024).

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 6**

Garantir o uso adequado dos recursos, melhorando a qualidade da educação e infraestrutura, promovendo o bem-estar dos alunos e educadores, e otimizando os resultados educacionais.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

Utilizar os recursos de forma eficiente, direcionando mais investimentos para melhorias na educação e infraestrutura, investindo em materiais e recursos pedagógicos, e garantindo transparência no uso dos recursos públicos.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Reunião no início do ano para definir prioridades de compras e demandas com funcionários, publicação de extratos de compras e reparos em edital durante o ano, e prestação de contas à SEMEDI com acesso a todos.

- **CENÁRIO ATUAL**

Já fazemos nosso plano financeiro, mas precisamos melhorar a transparência para todos e prestação de contas anual.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**



Um CMEI onde todos saibam onde os recursos são aplicados, contribuindo para a manutenção e preservação do que foi adquirido.

- **PRAZO**

Realização da reunião de planejamento financeiro no primeiro trimestre e atualização mensal do edital com informações relevantes a compras, gastos e extratos.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 7**

Garantir um ambiente escolar positivo, abordando as necessidades e desafios do CMEI para promover o bem-estar e aprendizado das crianças.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

Identificar e resolver problemas cotidianos de forma ágil, evitando que se tornem maiores e impactem negativamente a rotina escolar. Antecipar as necessidades da equipe, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e motivador.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Estar disponível para as necessidades do CMEI, atenta às esferas pedagógica, administrativa, financeira e organizacional. Abertura para diálogo com os funcionários, promovendo uma gestão participativa e democrática.

- **CENÁRIO ATUAL**

Sempre ativa no CMEI, busco tomar decisões que beneficiem a instituição, reconhecendo que há espaço para melhorias.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**

Ser proativa a ponto de inspirar a equipe a apoiar e incentivar, visando tornar o CMEI um exemplo na cidade.

- **PRAZO**

Diariamente, com constante comprometimento para alcançar os objetivos.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 8**

Fortalecer a integração entre escola, famílias e comunidade para melhorar a qualidade da educação e criar um ambiente de aprendizado enriquecedor para as crianças.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**



Desafio em fortalecer a participação e o envolvimento das famílias na educação dos filhos e estabelecer uma comunicação efetiva entre a escola e as famílias.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Implementar um calendário de reuniões, eventos e atividades para envolver as famílias na escola e no aprendizado das crianças. Incentivar a participação ativa da comunidade em pequenos reparos no CMEI.

- **CENÁRIO ATUAL**

Média razoável de participação da família, mas nem todos são ativos.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**

Um CMEI, onde a família e a comunidade são ativas e participativas.

- **PRAZO**

Ao longo de todo o ano letivo, buscando a constante participação e envolvimento da família e comunidade no CMEI.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 9**

Criar ambiente acolhedor e inclusivo, fortalecendo o convívio harmonioso e promovendo o desenvolvimento social e emocional das crianças.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

O desafio é fomentar respeito e empatia, criando um ambiente seguro e valorizado para todas as crianças, fortalecendo a comunidade escolar.

- **AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS**

Realização de rodas de conversa entre as crianças abordando temas relevantes, ensinando respeito, cordialidade, amizade e empatia. Convidar os adultos a refletir sobre suas ações diárias para melhorias pessoais e profissionais.

- **CENÁRIO ATUAL**

Existem desentendimentos no CMEI entre as crianças que requerem acompanhamento, mas acredita-se que essa estratégia trará mais atenção e cuidado ao tratar de temas relevantes.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**



Um CMEI livre, onde todos tenham liberdade de se expressar sem medo de críticas, afrontas o bullying.

- **PRAZO**

Trabalho diário que requer tempo e determinação para alcançar o ambiente desejado.

- **OBJETIVO ESTRATÉGICO 10**

Promover o desenvolvimento integral das crianças, incluindo valores éticos e sociais, para formar cidadãos conscientes e contributivos.

- **PROBLEMA/CAUSA/DESAFIO**

Fortalecer valores éticos nas atividades pedagógicas, encorajando responsabilidade e solidariedade.

- **AÇÕES A SEREM REALIZADAS**

Serão incluídos momentos de valores éticos na rotina das salas de aula, como o dia da paz, palavras mágicas, potinho da gratidão, palavras de incentivo e abordagens sobre como lidar com as emoções. Os adultos serão exemplos em valores éticos e profissionais.

- **CENÁRIO ATUAL**

Buscamos sempre desenvolver um CMEI com valores nossa base é a educação, o respeito e a solidariedade, queremos continuar assim.

- **CENÁRIO PRETENDIDO**

Um CMEI, onde os valores estejam em todos os ambientes, sejam nas crianças, nos funcionários e também na família e comunidade que ali está presente.

- **PRAZO**

A cada 15 dias ter os momentos como esses.

2.4.3 PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO COORDENADOR

Plano de Ação: Terezinha F. N. Skodowski.



OBJETIVO GERAL: Coordenar, orientar as ações didático-pedagógicas deste estabelecimento de ensino de acordo com a política educacional e orientações provenientes da Secretaria Municipal de Educação conforme definição do Projeto Político Pedagógico.

ATIVIDADES	PRINCIPAIS AÇÕES	PERÍODO
<p>Reunião pedagógica: Formação continuada no Cmei</p>	<p>SEMANA PEDAGOGICA</p> <ul style="list-style-type: none"> -Acolhimento aos professores e funcionários --Coordenar reunião pedagógica com o grupo de professores para aprofundamento de estudos sobre o trabalho pedagógico para o ano 2024 -Calendário 2024 -Organização e distribuição das turmas, -Orientação para o primeiro dia de aula:- -Capacitação docente - Atualização do PPP <p>INÍCIO DAS AULAS</p> <p>Acolhimento aos pais e aos alunos;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Organizar e coordenar junto a direção do CMEI a reunião de pais para repasses de informações sobre o trabalho pedagógico e organização do funcionamento do CMEI para o ano vigente <p>Atendimento aos pais professores e crianças</p>	<p>Fevereiro</p>
<p>Organização das atividades</p>	<p>Cronograma da rotina do CMEI; Cronograma da tabela de Hora Atividade</p> <p>Cronograma para organização dos planejamentos pedagógicos com datas de início e término.</p>	<p>Março</p>



	RCO – visto	
Frequência escolar das crianças	Contato com os responsáveis, quando a crianças tem muitas faltas	Durante o ano letivo
Atualização do PPP:	<p>Coordenar juntamente com os educadores a atualização do PPP realizando as alterações necessárias seguindo as orientações da SEMEDI</p> <p>- RCO – visto</p> <p>Atendimento aos pais professores e crianças.</p>	Durante o ano letivo
Meio Ambiente e Festa Junina	<p>Em comemoração a semana dedicada ao MEIO AMBIENTE: incentivar os professores a trabalhar a conscientização sobre os cuidados e proteção ao MA</p> <p>Festa junina no CMEI: trabalhar sobre comidas típicas;</p> <p>- Atendimento aos pais professores e crianças.</p> <p>Documentação</p> <p>LRCO – visto</p>	JUNHO
Retorno às aulas Semana pedagógica Aniversário de Paranaguá	<p>Trabalhar em sala sobre o aniversário de nossa cidade</p> <p>Planejamento de retorno às aulas após recesso.</p> <p>Documentação</p> <p>LRCO – visto</p> <p>Planejamento/Formação Continuada</p> <p>Atendimento aos pais, professores e alunos.</p>	JULHO
Folclore	Trabalhar sobre o folclore	AGOSTO
Semana da Pátria ”	<p>Cantar o Hino Nacional durante a semana da Pátria</p> <p>Documentação</p> <p>LRCO – visto</p> <p>Atendimento aos pais, professores e crianças.</p>	SETEMBRO



Atividades pedagógicas	<p>Orientar os professores no projeto de incentivo a leitura no qual as crianças farão uma apresentação no Cmei</p> <p>Acompanhar a apresentação do projeto: Era uma Vez (Projeto de Leitura).</p> <p>1 Atendimento aos pais professores e crianças.</p>	SETEMBRO
<p>Semana da criança</p> <p>Projetos internos</p> <p>Projeto leitura – “ERA UMA VEZ</p>	<p>Festividade em comemoração ao dia da criança</p> <p>Documentação.</p> <p>. LRCO – visto</p> <p>Atendimento aos pais, professores e alunos.</p>	OUTUBRO
<p>Proclamação da República e Consciência Negra</p>	<p>Incentivar o trabalho sobre a Proclamação da República e Consciência Negra</p> <p>Documentação</p> <p>LRCO – visto</p> <p>Atendimento aos pais, professores.</p>	NOVEMBRO
<p>Visita na escola mais próxima ao CMEI</p>	<p>Levar as crianças das turmas do Infantil IV para visitar a escola Iná Xavier Zacarias para que assim possam conhecer o ambiente onde farão a transição do Infantil IV para o Infantil V.</p>	NOVEMBRO OU DEZEMBRO
<p>Encerramento</p>	<p>Entrega de portfólios e pareceres entre os dias 10/12 à 13/12</p>	DEZEMBRO
<p>Frequência escolar das crianças</p>	<p>Entrar em contato quando necessário com as famílias daquelas crianças faltosas.</p>	Durante o ano letivo
<p>Pré conselho e Conselho de classe</p>	<p>Organizar juntamente com a direção do C.M.E.I a realização dos Pré-conselho e Conselho de classe seguindo a orientação do calendário escolar propondo ações para garantir um bom resultado sobre o trabalho pedagógico.</p>	No decorrer de cada trimestre



Formação continuada em Serviço	<p>Coordenar e organizar a formação continuada em serviço durante a hora atividade das educadoras, porém levando em consideração a demanda de trabalho da pedagoga</p> <p>A formação continuada tem o objetivo garantir o aprofundamento de estudos visando um melhor resultado em sala de aula.</p>	Durante o ano letivo
Calendário Escolar	Acompanhar junto a direção o comprimento da carga horária de dias letivos seguindo a legislação.	Durante o ano letivo
Atendimento comunidade escolar	a Atender e sanar as dúvidas dos pais, e comunidade em geral sempre que se fizer necessário.	Durante o ano letivo
Convocação de pais ou responsáveis	Convocar pais ou responsáveis para falar sobre a importância da frequência da criança nas aulas, entre outros assuntos pertinentes a criança.	Durante o ano letivo
LRC e Planejamento	Acompanhar o preenchimento do LRCO e acompanhar o planejamento dos educadores.	Durante o ano letivo
Datas comemorativas	Trabalhar as datas comemorativas sugeridas pela SEMEDI, bem como outras que julgamos importantes.	Durante o ano letivo
Encerramento do ano letivo	<p>Reunião de pais para assinar os Parecer Descritivo e receber o Portfólio</p> <p>Verificação de documentação.</p>	Dezembro

2.4.4 PLANO DE AÇÃO PEDAGOGO ORIENTADOR

(Não se aplica)

2.4.5 PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVA

(Não se aplica)



2.4.6 PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE DE APOIO OPERACIONAL

Equipe: 1 funcionária

Carga horária: 8 horas diárias

Dias da Semanas: De segunda-feira a Sexta-feira.

	DIARIAMENTE Tarefas	SEMANALMENTE Tarefas	MENSALMENTE Tarefas	ANUALMENTE Tarefas
Salas de aula	Vare-se Limpar mesinhas	Lavar o chão		
Área externa	Vare-se	Recolhe-se o lixo	Lava-se com a Wap	
Pátio e refeitório	Vare-se Limpa-se mesas e bancos Passe-se o mop	Lava-se		
Banheiros	Lava-se			
Vidros e janelas			Lava-se	
Roupas de cama e toalhas de banho		Recolhe-se e lava-se		
Tatames		Recolhe-se	Lava-se	
Armários; cortinas				Lava-se Arruma-se

2.4.7 PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

O Conselho escolar como órgão colegiado é formado por pessoas interessadas em participar de tomadas de decisões, pessoas estas de dentro e de fora da escola.



Plano de ação do conselho escolar			
Data	Horário	Pauta da reunião	Participantes
06/02	16h	Prestação de contas a comunidade	- A.P.M.F. - Conselho Escolar E Comunidade
28/10	16h	Prestação de contas a comunidade	- A.P.M.F. - Conselho Escolar E Comunidade

2.4.8 PLANO DE TRABALHO DOCENTE (ESTABELECEMOS COLETIVAMENTE O PRAZO PARA A ENTREGA DOS PLANEJAMENTOS, ELABORANDO UM CRONOGRAMA ANUAL CONSTANTE NO PPP).

Cronograma de entrega dos planejamentos para 15 dias aproximadamente		
Entregar até:02/02	08/02 a 01/03	Educadoras:
Entregar até:01/03	04/03 a 22/03	Educadoras:
Entregar até:21/03	25/03 a 12/04	Educadoras:
Entregar até:11/04	15/04 a 03/05	Educadoras:
Entregar até:02/05	06/05 a 24/05	Educadoras:
Entregar até:21/05	27/05 a 14/06	Educadoras:
Entregar até:12/06	17/06 a 05/07	Educadoras:
Entregar até:22/07	22/07 a 09/08	Educadoras:
Entregar até:07/08	12/08 a 30/08	Educadoras:
Entregar até:28/08	02/09 a 20/09	Educadoras:
Entregar até:18/09	23/09 a 11/10	Educadoras:
Entregar até:09/10	15/10 a 01/11	Educadoras:
Entregar até:29/10	04/11 a 22/11	Educadoras:



Entregar até:20/11	25/11 a 18/12	Educadoras:
--------------------	---------------	-------------

2.4.9 PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

(Não se aplica)

2.4.10 PLANO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR

(Não se aplica)

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As concepções de currículo podem também ser denominadas concepções pedagógicas ou propostas pedagógicas na educação infantil. Provavelmente o currículo aparece pela primeira vez como objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos nos anos vinte (Documentos de Identidade, 2005, pag. 12). A definição de currículo segundo Bobbit apud SILVA, 2005, o currículo é a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados, ou seja, o currículo é sempre resultado de uma seleção de um universo mais amplo de saberes seleciona-se aquela parte mais ampla que vai compor o currículo.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui currículo próprio, normatizado pelas Diretrizes e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documentos consolidados entre si e que consolidam uma mesma identidade para a Educação Infantil. A BNCC vem para reduzir a diferença de ensino e de experiências de educação existentes na extensão territorial do nosso país.

2.5.2 DIREITOS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM



Para caracterizar a criança como um ser de direitos, precisamos traçar alguns avanços nas legislações que servem para assegurar o direito da qual faz da criança um ser singular. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1998, do Estatuto da criança e do adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, houveram vários avanços ao atendimento à criança, esse passando a ser visto sob a ótica dos direitos e deveres garantidos constitucionalmente.

O direito a educação para todos, é proposto na Constituição de 1934, no Art.149, como veremos a seguir:

Art 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcional a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes factores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espirito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934)

Mesmo a lei garantindo a educação para as crianças, jovens e adultos, a oferta do ensino infantil não era obrigatório. Somente décadas depois, entre os anos 1940 a 1960, que começa a tramitar para elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diante do que vem sendo abordado, na atualidade há um olhar para a criança como protagonista, reconhecida como cidadã, como sujeito de direitos. Nos avanços ocorrentes o compromisso e responsabilidade do Estado com os direitos da criança, integrado a ação da família, subsistem na criação de políticas para amparo da criança. Dentre os vários instrumentos que estabelecem os direitos da criança e garantem seu desenvolvimento e proteção, se encontra a Constituição Federal Brasileira de 1998, que determina que tenha prioridade à proteção da infância e da criança, além da garantia dos seus direitos, um dever tanto da família, como também do Estado. As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios estabelecidos nas suas diretrizes, os quais são definidos na Resolução nº 5/2009 - CNE/CEB, o artigo 6º:



I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p.2).

Esses princípios estão vinculados à Base Nacional Comum Curricular por meio da definição de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

2.5.3 CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A concepção do desenvolvimento de ensino aprendizagem que sustenta o trabalho com as crianças na Educação Infantil tem como base a interação de homem, corpo e pensamento, biológico e social, membro da espécie humana e participante de um processo histórico. Ideias estas, centrais da teoria de Lev Vygotsky (1989).

A primeira afirma que as funções psicológicas tem por suporte biológico e o cérebro como um sistema aberto, com grande plasticidade, cujas estruturas se modificam ao longo do tempo. A segunda diz respeito ao homem, que passa de biológico a ser sócio-histórico, cujo funcionamento psicológico se dá nas relações com o mundo exterior, num processo histórico. Assim, na cultura que são desenvolvidas suas funções psicológicas superiores. E a terceira declara que a relação homem -mundo não é direta, mas mediada por sistemas simbólicos (elementos intermediários nessa relação), os quais podem ser instrumentos ou signos. Henri Wallon (1989) enfatiza o organismo como condição primeira do pensamento, pois toda função psíquica supõe um equipamento orgânico.

No entanto, afirma que o objeto da ação mental vem do exterior, do grupo ou ambiente que o sujeito está inserido. Existem fatores de natureza orgânica e de natureza social. Wallon propõe um estudo integrado que contemple vários campos funcionais: afetividade, motricidade e inteligência. Segundo o autor, o homem é geneticamente



social e a criança deve ser estudada em suas relações com o meio, dentro do contexto em que vive.

Ao ter a criança como ponto de partida, busca compreender as manifestações no conjunto de suas possibilidades, desconstruindo a concepção de que a criança é um ser com faltas e insuficiências. Para Wallon é a ação motriz para o aparecimento e amadurecimento das funções mentais. O movimento espontâneo se transforma, aos poucos, em gesto intencional se reveste de significado associado à ação. O desenvolvimento das funções superiores se dá, no processo das dimensões motoras e afetivas. A inteligência surge depois da afetividade e das condições de motricidade.

Para esses teóricos, a relação entre pensamento e linguagem baseia-se diretamente em suas concepções de sujeito. Buscam a compreensão dos aspectos sociais e culturais que interferem no desenvolvimento da criança partindo de um movimento social para o individual. A concepção de Wallon se aproxima da concepção de Vygotsky no que se refere a afetividade e socialização. No desenvolvimento da pessoa completa, faz-se presente um caminhar do sincretismo em direção à diferenciação. Na teoria das emoções para Wallon, a emoção é a exteriorização da afetividade, um fato fisiológico em seus componentes humorais e motores, e, ao mesmo tempo, um comportamento social em sua função de adaptação do ser humano ao seu meio.

A teoria histórico-cultural é a denominação usualmente dada à corrente psicológica que explica o desenvolvimento da mente humana com base nos princípios do materialismo dialético, cujo fundador é Vygostky. A Rede Municipal no que se refere a Educação Infantil entende a Pedagogia Progressista como referencial, condicionada pelos aspectos sociais, políticos e culturais, mas contraditoriamente existe nela um espaço que aponta a possibilidade de transformação social. A educação possibilita a compreensão da realidade histórico-social e explicita o papel do sujeito construtor/transformador dessa mesma realidade.

A tendência Histórico Crítica defende a escola como socializadora dos conhecimentos e saberes universais, a ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico. Essa pedagogia é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes finalidades, no que se



refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela “Escola de Vygotsky”.

2.5.4 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO, DO ESPAÇO E GESTÃO EM SALA DE AULA (COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL)

Organizar o cotidiano das crianças na educação infantil é pensar nas atividades diárias, realizar uma leitura do grupo de crianças, observar a brincadeiras, como brincam, como se desenvolvem, o que mais gostar de fazer, quais espaços preferem, quais locais chama mais a atenção, quais horários estão mais agitados, para então conseguir garantir uma organização do tempo e do espaço no CMEI adequada a essas crianças.

Vale ressaltar que conforme a idade das crianças essas dimensões serão diferentes, e essa construção do cotidiano deve envolver as crianças, possibilitando-as se sentirem parte do processo. O cotidiano na educação infantil envolve o horário da chegada, a alimentação, a higiene, o repouso, brincadeiras, contação de história, entre outros. Todos os momentos sejam eles desenvolvidos em espaços abertos ou fechados, deverão permitir experiências múltiplas, que estimulem a criatividade, a experimentação, a imaginação e a interação com as demais crianças.

Em primeiro lugar as atividades referentes ao tempo são organizadas conforme a necessidades biológicas das crianças, como repouso, alimentação e higiene. Em seguida pode-se propor atividades de livre escolha da criança, onde a criança decide o que fazer e a professora passa fazer observações. Atividades como passeios e festas comemorativas, também são opções para compor o cotidiano no CMEI. E nesse contexto, de rotina do CMEI, cita-se ainda as atribuições das professoras, como: a construção do planejamento; execução dos projetos pedagógicos; pesquisa de materiais diversos, organização de



passeios, visitas e piquenique; decoração e organização da sala e organização de festas e comemorações.

Desse modo, vale ressaltar que a organização do tempo e do espaço no CMEI é questão de estruturação da rotina diária, que é elemento essencial para o fazer pedagógico do educador da infância e favorece a formação da segurança e confiança na criança, uma vez que esta percebe que a dinâmica e a prática educativa seguem um norte, no qual as atividades acontecem numa sucessão de tempo (antes, durante e depois) e com encadeamento singular.

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação na Educação Infantil se relaciona a querer conhecer melhor cada criança, partindo da identidade da criança que está sendo avaliada, assim como da identidade do professor que trabalha com ela. Nessa perspectiva, a avaliação se articula à ética, ao zelo, ao respeito e à atenção especial para com as crianças e seu bem-estar. Segundo Moro e Souza (2016) ao observar diariamente a criança, os professores conseguem conhecer seu desenvolvimento, historicizando suas conquistas e seus avanços em termos de aprendizagens, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento. É importante sempre registrar tudo que foi observado, pois o registro materializa as observações feitas e legitima a tomada de decisão acerca das mudanças necessárias ou da manutenção das práticas educativas que estão sendo realizadas.

De acordo com o artigo 10, inciso I, das DCNEI, “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” é fundamental nesse processo. Observação é um processo chave na experiência educativa, precisando estar aliada a outra ação-chave, que é o registro. Ao registrar suas leituras daquela realidade, você estará usando parte de seu tempo para refletir sobre como a criança revela os seus saberes. São várias e diversas as formas de registro indicadas no inciso II, do artigo 10, das DCNEI, como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros. Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo sendo, por isso, constitutivo da ação educativa.



O fundamental em quaisquer formas de registro sobre as crianças individualmente é que estas permitam captar a singularidade de cada criança, como ela vivencia as experiências que são oferecidas, que situações ou aspectos inusitados acontecem. É necessário que pareceres ou relatórios também sejam claros em relação a quem ele pretende “informar”: os pais, a instituição, a própria criança. É necessário considerar que o texto deve se fazer entender. Os pais ou responsáveis pelas crianças, interlocutores importantes, nem sempre têm familiaridade com os termos da área da Educação que usamos. É muito importante lembrar disso para adequar a linguagem a ser utilizada nos registros escritos.

2.6.2 O PROCESSO AVALIATIVO COERENTE COM AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E APRENDIZAGEM/DESENVOLVIMENTO.

A avaliação na Educação Infantil visa conhecer ao máximo cada criança. Partindo da identidade da criança que está sendo avaliada/observada, assim como da identidade ou visão do educador que trabalha com ela. Nessa perspectiva, a avaliação se articula à ética, ao zelo, ao respeito e à atenção especial para com as crianças e seu bem-estar. Segundo Moro e Souza (2016) ao observar diariamente a criança, os professores conseguem conhecer seu desenvolvimento, historicizando suas conquistas e seus avanços em termos de aprendizagens, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento. É importante sempre registrar tudo que foi observado, pois o registro materializa as observações feitas e legitima a tomada de decisão acerca das mudanças necessárias ou da manutenção das práticas educativas que estão sendo realizadas.

O educador tem o papel de realizar a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano. No processo de observação está o registro, registrar suas leituras daquela realidade, você estará usando parte de seu tempo para refletir sobre como a criança revela os seus saberes. São várias e diversas as formas de registro indicadas no como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros. Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo sendo, por isso, constitutivo da ação educativa.



O fundamental em quaisquer formas de registro sobre as crianças individualmente é que estas permitam captar a singularidade de cada criança, como ela vivencia as experiências que são oferecidas, que situações ou aspectos inusitados acontecem. É necessário que pareceres ou relatórios também sejam claros em relação a quem ele pretende “informar” os pais, a instituição, a própria criança. É necessário considerar que o texto deve se fazer entender. Os pais ou responsáveis pelas crianças, interlocutores importantes, nem sempre têm familiaridade com os termos da área da Educação que usamos. É muito importante lembrar disso para adequar a linguagem a ser utilizada nos registros escritos.

2.6.3 ANÁLISE DE AVANÇOS E DIFICULDADE PEDAGÓGICA

(não se aplica)

2.6.4 INSTRUMENTOS PARA OS REGISTROS DO PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PARECER DESCRITIVO, PORTFÓLIOS E OUTROS.

Atualmente, no âmbito da educação infantil muito tem-se discutido sobre quais são os instrumentos para avaliar e registrar o trabalho educativo com as crianças de zero a seis anos. De acordo com Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1998), os principais instrumentos avaliativos são a observação e o registro, através dos quais o educador pode fazer a abordagem contextualizada dos processos de aprendizagem das crianças, das qualidades de interações e acompanhar os processos. Sabe-se que os instrumentos de avaliação acompanham o processo educativo, podem ocorrer a todo momento e em todas as situações; tem um caráter processual e não classificatório. Cada criança deve ter o seu próprio portfólio e o educador antecipadamente, definir quais serão as atividades que irão compor o portfólio.

No CMEI Nossa Senhora do Rocio, as instruções para confeccionar o Portfólio são de:

- Coletar amostras de atividades;
- Tirar fotografias;
- Fazer entrevistas;



- Efetuar registros sistemáticos;
- Realizar registros de casos;
- Preparar relatórios narrativos;
- Usar portfólios em situações de transição.

Desse modo, o portfólio é construído ao longo do ano letivo, acompanhando a evolução e o desenvolvimento da criança. Ainda como instrumentos de registros, usa-se diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o educador tenha necessidade de utilizar para dar visibilidade às aprendizagens dos alunos.

O parecer descritivo também é um instrumento para o registro do processo avaliativo, documento elaborado pelos educadores que descreve o progresso, comportamento, habilidades e dificuldades de uma criança durante um período letivo. Ele oferece uma avaliação detalhada do desenvolvimento da criança em diferentes áreas, como cognitiva, social, emocional e física. Elaborado a partir desse ano trimestralmente, o que visa dar maior amplitude ao que se tem observado.

2.6.5 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Parte-se do princípio que a Avaliação Institucional é um instrumento que visa dar suporte ao planejamento pedagógico anual levando em consideração as orientações estabelecidas no regimento vigente. De acordo com o art. 52 da Resolução do CNE de 2010.

A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola. Resolução CNE (2010, p.12).

Tais procedimentos devem detectar questões e buscar resolvê-las para o melhor andamento do processo de ensino aprendizagem, com reflexões inerentes as práticas educativas na busca de aprimorar e/ou alterar o que se fizer necessário.



De acordo com o Caderno Seap N. 2 A Avaliação Institucional Coletiva Da Escola.

Atualmente, para que se atinja uma educação de qualidade social com cidadania, é indispensável que as instituições educacionais elaborem planejamento de gestão por um método participativo e pedagógico e monitorem sua execução permanentemente. Esses procedimentos permitirão a análise constante do processo de ensino- aprendizagem e dos seus resultados e a utilização desses dados com elementos de reorganização e ressignificação da prática escolar. Também concorrerão para estabelecer ações que promovam uma cultura pedagógica comprometida com a aprendizagem de todos. art. 52 da Resolução. Para o CNE (2010, p. 16):

É importante que as decisões sejam tomadas coletivamente, por isso essas reflexões devem ocorrer em reuniões pedagógicas tanto no início como no meio do ano, em dias destinados a Conselhos de Classe, bem como em reuniões de pais. Essas discussões e posteriormente decisões devem ser registradas em ata onde todos os envolvidos assinam.

2.6.6 RECUPERAÇÃO PARALELA DE ESTUDOS.

(Não se aplica)

2.6.7 AVALIAÇÃO EXTERNA

(Não se aplica)

2.6.8 ORGANIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE, PRÉ E PÓS CONSELHOS.

Os conselhos de classe, pré conselhos e pós conselhos nesta instituição seguem o cronograma de acordo com datas preestabelecidas no calendário escolar de acordo com orientações da Secretaria Municipal de Educação.



O pré - conselho é o momento de levantar as informações que serão analisadas, como: participação nas aulas (muito, pouco ou nenhuma), comportamento (bom comportamento, muita conversa, bagunça, apatia etc.), frequência (percentual).

No conselho, é o momento de analisar os dados levantados, tanto dos estudantes de forma individual, quanto das turmas. O conselho de classe, tendo todas essas informações em mãos, deverá definir estratégias para solucionar os problemas encontrados, sejam os individuais ou os coletivos. Exemplo: chamar os pais de determinado estudante para uma reunião para conversar sobre o desempenho dele, problemas de comportamento, possíveis transtornos de aprendizagem e faltas; entrar em contato com o conselho tutelar, em casos em que a instituição identificar essa necessidade; realizar intervenções pedagógicas se necessário; verificar formas de ensino inclusivas para determinados estudantes.

Nos pós conselho de classe, é o momento de se colocar tudo em prática! Marcar reuniões com os pais, realizar intervenções, montar planos de ensino para determinados estudantes, mudança da metodologia pedagógica, etc...O método utilizado para a realização do conselho, pré conselho e pós conselho de classe é realizado por meio de uma ficha com a finalidade de colher as informações, bem como discussão com as educadoras sobre casos pontuais que necessitam de uma intervenção. Posteriormente a equipe pedagógica toma as providencias cabíveis quando necessário. Além disso há registro em ata de todos os itens citados com as informações coletadas.

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na conjuntura contemporânea torna-se imprescindível a busca por uma educação voltada para o aprimoramento de suas habilidades, competências e valores que são essenciais para uma melhor performance em sociedade. É na instituição escolar que deve o correr o processo com propostas de mudanças, bem como devem ser discutidas e consolidadas na busca de uma educação de qualidade.

Ser professor nos tempos atuais requer muita determinação e disposição em busca de aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas. A evolução da tecnologia vem



cada vez mais exigindo dos profissionais da educação que busquem formas de aprimoramento para dar conta de acompanhar tais evoluções que impactam diretamente o seu trabalho em sala de aula.

Portanto para isso, é preciso que os docentes tenham uma formação teórica concreta para que consigam dar conta de trabalhar com uma proposta pedagógica com conhecimentos sistematizados historicamente pela humanidade.

A formação contínua apresenta-se como uma continuidade da formação inicial, ressaltando a necessidade de se ampliar seus conhecimentos teóricos e práticos.

A formação continuada é uma importante ferramenta que oferece ao educador uma oportunidade de aperfeiçoamento para atuar na área da educação, tendo em vista que é necessário que os professores estejam constantemente se capacitando, ou seja, ampliando seus conhecimentos para que possam assim melhorar suas práticas pedagógicas desenvolvidas em seu ambiente de trabalho, buscando deste modo proporcionar a criança uma educação de qualidade que lhe é de direito.

2.7.2 FORMAÇÃO CONTINUADA PRESENCIAL OFERTADA PELA MANTENEDORA.

A formação dos educadores pedagogos e diretores ocorre de acordo com o cronograma da nossa mantenedora escolar, os conteúdos são selecionados e elaborados de acordo com a realidade das instituições, sejam escolas ou CMEIs.

2.7.3 FORMAÇÃO CONTINUADA NA INSTITUIÇÃO CONFORME A INSTRUÇÃO CONFORME A INSTRUÇÃO DA HORA ATIVIDADE N° 01/2018 DISPONÍVEL NO LINK:

INSTRUÇÃO CAPÍTULO I - DIRETRIZES GERAIS Art. 1º A jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade). § 1º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se: I - preparação de



aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas; II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição de ensino; III - orientação e acompanhamento de estudantes; IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas; V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares; VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL pedagógica e gestão da escola; VII - atividades de desenvolvimento profissional; VIII - participar dos cursos de Formação Continuada; IX - planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar, tendo como subsídios o Projeto Político - Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso, o Regimento Escolar e o Plano de Ação da instituição de ensino; X - participar em atividades de estudos e reuniões técnicas pedagógicas; XI - participar de grupos disciplinares e interdisciplinares de professores, objetivando o planejamento e o desenvolvimento de ações necessárias, relativas ao Plano de Ação das instituições de ensino; XII - planejar ações de intervenção didático-pedagógicas para os educandos com dificuldades no seu desempenho escolar; XIII - discutir e planejar encaminhamentos teórico-metodológicos no intuito de obter uma prática pedagógica interdisciplinar; XIV - implementar ações pedagógicas, inerentes à hora-atividade, definidas pelo coletivo escolar e também solicitadas pela equipe pedagógica, direção e Secretaria Municipal de Educação; XV - analisar e planejar ações de intervenção sobre os resultados avaliativos internos e externos dos educandos, com vista ao planejamento das ações pedagógicas, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem. XVI- outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional. § 2º O tempo destinado as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função deverá contemplar as atividades desenvolvidas no próprio local de trabalho ou espaços definidos pela Direção da Instituição de Ensino, atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação e as atividades individuais realizadas em locais previamente autorizados pela Direção da instituição. § 3º Por orientação e acompanhamento de estudantes descrita no item III do § 1º deste artigo, compreende-se as atividades extra-classe que não são caracterizadas como aulas/atividades curriculares envolvendo professores e estudantes, dentro ou fora da Instituição.



<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf>

2.7.4 FORMAÇÃO CONTINUADA EM ESPAÇOS PEDAGÓGICOS EXTERNOS À INSTITUIÇÃO.

A formação continuada em espaços não escolar, são ofertados pela nossa mantenedora: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Esses eventos ocorrem em locais onde acontece trocas de experiências entre docentes bem como servem para estimular os professores a compartilharem experiências entre si, aprender práticas novas e atuais para serem utilizadas em classe com métodos educacionais diferentes dividindo essa experiência com todos os educadores. Essas formações ocorrem envolvendo toda equipe de servidores da instituição em datas e locais a serem definidos por nossa mantenedora.

2.7.5 FORMAÇÃO CONTINUADA EM PLATAFORMAS VIRTUAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS.

As formações continuadas em plataformas digitais voltadas a nossa realidade ocorrem durante o ano letivo sem datas pré definidas, tendo a nossa mantenedora - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO como intermediadora do processo de formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas.

3- MATRIZ CURRICULAR

SEMEDI	MUNICIPIO: Paranaguá
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 41594894	
ENDEREÇO: Rua São Paulo s/nº - Vila do Povo	
FONE: (41) 3721-1813	



ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá	
CURSO (n° 2001): Educação Infantil	
TURNO: Diurno	C.H. TOTAL DO CURSO: 800h
	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2009	FORMA: Simultânea
OFERTA: 0 à 4 anos	ORGANIZAÇÃO: Anual
INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS
Total de horas relógio semanais	40 horas relógio

4- PROPOSTA CURRICULAR

Na atualidade a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fruto de discussões nacionais e exigências legais sobre a construção da qualidade do ensino, apresenta uma orientação aos sistemas de educação básica do país, na criação de seus currículos. A BNCC está fundamentada a partir dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, que se relacionam com os Campos de Experiências na Educação Infantil e com áreas de conhecimento no ensino Fundamental e Médio. Possuem objetivo de promover uma prática inclusiva a todos os estudantes da Educação Básica, numa perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento.

Na educação infantil, o jogo, a brincadeira, são condições para o aprendizado da criança. A brincadeira faz parte da cultura infantil em todos os povos. Desde muito cedo, por meio da brincadeira, a criança aprende a ler o mundo, condição para a produção e aquisição de conhecimento – e que por isso se impõe como necessidade. Nessas situações a criança aprende conceitos, valores, a expressar emoções e desenvolve seus sentidos orgânicos. Torna-se alerta, curiosa, crítica, confiante.



REFERÊNCIAS

Amorim, M. C. S. e Navarro, E. C. **Afetividade na Educação Infantil**. Márcia Camila Souza de Amorim e Elaine Cristina Navarro. Disponível em [http://revista.univar.edu.br/Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar \(2012\) n.º 7 p. 1 – 7. ISSN 1984-431X](http://revista.univar.edu.br/Interdisciplinar:RevistaEletrônicadaUnivar(2012)n.º7p.1-7.ISSN1984-431X). Acesso em: 12 mar. 2024.

As Concepções do Cuidar e do Educar na Infância Presentes na Prática Pedagógica dos Professores de Educação Infantil, Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-concepcoes-cuidar-educar-na-infancia-presentes-na-pratica-pedagogica-sidrolandia.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988. **Diário oficial República federativa do Brasil**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao%20C3%E7ao.htm>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de dezembro de 1996. Acesso em: 05 março 2024.

Brasil. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 5 de março de 2024.

https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seap_caderno_2_escola_20141008.pdf



Caderno da Educação Infantil de Paranaguá. Disponível em <https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

COUTINHO, M. E. M.; SANTOS, M. G.; ERNESTO, A. S. A. **O Planejamento como Ferramenta de Aprendizagem na Educação Infantil.** Episteme Transversalis, [S.l.], v. 11, n. 2, out. 2020. ISSN 2236-2649. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/2153>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Craydi C.; Kaercher G. **Educação Infantil. Pra que te quero?.** Porto Alegre, 2007. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XB5009zOZTQC&oi=fnd&pg=PA67&dq=related:jRVCmbDN4vcJ:scholar.google.com/&ots=QCgG4GJyF5&sig=GU4dOTNZrGzRr1k7dpxVvJL64hI#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

Criança e Infância: Uma Construção Histórica. Disponível em https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/42567/3/crian%a7aInfanciaContruc_Monografia_2018.pdf. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

Drumond A.M. **O Portifólio Como Instrumento de Registro e Avaliação na Educação Infantil.** Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VRNS9NELSW/1/tcc_adriana_05042012_1_verde_formatado.pdf. Acesso em 13 de março de 2024.

Educação Infantil: Como Trabalhar a Inclusão na Escola. Disponível <https://www.sophia.com.br/blog/educacao-infantil-como-trabalhar-a-inclusao-na-escola:capturadoem14032024>. Acesso em 7 de março de 2024.

JUNIOR, J. M. C. **Professores e diretores: como vencer diferenças e potencializar a parceria.** Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/21680/professores-e-diretores-como-vencer-diferencas-e-potencializar-a-parceria>. Acesso em 5 de março de 2024.

Legislação Informatizada - **LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008** - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>.



Lopes K. R.; Mendes R. P.; Faria V. L. B., organizadoras. **Livro de estudo: Módulo III** /– Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. 62p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 7). Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

ORIANI, V. P. **Direitos Humanos na Educação Infantil: algumas reflexões.** Disponível em <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/adm,+R.I.C.-2008-167.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

Padial k. **Avaliação na Educação Infantil.** Disponível em <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/74/avaliacao-na-educacao-infantil>. Acesso em 7 de março de 2024.

SCHNETZLER, R. P. **Como associar ensino com pesquisa na formação inicial e continuada de professores de Ciências? Atas do II Encontro Regional de Ensino de Ciências** Piracicaba: UNIMEP, 18-20 out, 1996. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações/** – Curitiba: SEED – Pr., 2019. – 4v. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

UJIE, N. T.; PIETROBON, S. R. G. **A prática educativa na educação infantil: organização do tempo/espço.** Revista Espaço Pedagógico, [S. l.], v. 14, n. 1, 2017. DOI: 10.5335/rep.v14i1.7695. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7695>. Acesso em: 7 mar. 2024.

Vilar, Tarcely Correia Pereira. **A importância do planejamento na educação infantil.** Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3383>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ANEXOS

I – Instrumento de Avaliação Institucional

(não se aplica)



II- Instrumento de pesquisa realizada para caracterização da comunidade escolar

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA AS FAMÍLIAS

Estimadas famílias, este questionário tem por finalidade coletar informações referente a criança, seus familiares e o perfil socioeconômico das famílias. Tem a finalidade de conhecer melhor o perfil das crianças, além de elementos que farão parte do histórico da instituição. Portanto os dados coletados serão analisados, categorizados, consolidados e integrados a este relatório

INFORMAÇÕES FAMILIARES

1 Nome completo da criança:

2 Data de nascimento: _____ Local de Nascimento:

3 Nome do responsável pela matrícula:

4 Nome do responsável com quem a criança reside: mãe () madrastra () avó ()
pai ():

5 R.G.: _____ CPF:

Telefone: _____

6 Endereço residencial:

Rua _____ n° _____ Complemento

Bairro: _____

7 Os responsáveis trabalham?

Respon. 1: _____



Empresa: _____

Telefone da empresa: _____

Respon. 2: _____

Empresa: _____

Telefone da empresa: _____

8 Caso seja necessário atender a crianças em alguma necessidade em que não seja possível o contato com os pais, com quem podemos entrar em contato:

Nome: _____

Telefone: _____

9 Nível de escolaridade da família:

Resp. 1: () nunca foi à escola () alfabetizado () ensino fundamental

() ensino médio () graduação, curso: _____

() outros. Especifique _____

Resp. 2: () nunca foi à escola () alfabetizado () ensino fundamental

() ensino médio () graduação, curso: _____

() outros. Especifique _____

10 Renda familiar:

() 1 salário mínimo

() entre um e dois salários mínimos

() entre dois e quatro salários mínimos

() entre quatro e seis salários mínimos

() mais que seis salários mínimos

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA CRIANÇA

11 A mãe passou por parto () normal () cesárea

12 Houve alguma complicação no pré parto, durante o parto ou após o parto? ()

sim () não

Qual?

13 A criança foi amamentada? () sim () não

Por quanto tempo? _____

14 Descreva os primeiros dias da criança com a mãe, no hospital e em casa.



15 A criança usa mamadeira? () sim () não

Em quais momentos?

16 A criança usa chupeta? () sim () não

Em quais momentos?

17 Possui algum objeto de vínculo afetivo ou apego (manta, cobertor, fraldinha...)?

() sim () não Se tiver, qual seria?

18 Quais os horários em que a criança dorme?

Noite

Dorme: _____

Acorda: _____

19 A criança tem um sono tranquilo ou agitado?

20 A criança costuma ver televisão? () sim () não, Qual a programação que acompanha?

21 usa celular, () sim () não

Por quanto tempo?

22 A criança tem momentos de agitação ou irritabilidade? () sim () não

Descreva:

23 Os pais moram na mesma casa? () sim () não

24 Escreva o nome das pessoas que moram na mesma casa.



NOME	PARENTESCO	IDADE	GRAU DE INSTRUÇÃO

25 Onde a criança dorme (cama dos pais, berço ou em outro quarto)?

26 Como é o ambiente em que ela dorme? (claridade, barulho...)
 Descreva:

27 A criança costuma presenciar conflitos? () sim () não
 Em quais situações?

28 Usa fralda? () sim () não

29 Pede para ir ao banheiro? _____

Demonstra que precisa ir ao banheiro? () sim () não
 Como? _____

30 Com quem a criança costuma brincar?

31 Tem algum problema de saúde? () sim () não
 Qual? _____

32 A família gostaria de escrever sobre o comportamento da criança, caso entenda não ser adequado para a idade?



33 Costuma ter alteração de temperatura do corpo? _____

34 Faz acompanhamento médico? () sim () não

35 Por qual motivo?

36 Tem alguma alergia? () sim () não

37 Toma algum medicamento contínuo? () sim () não

Qual? _____

38 Está em dia com as vacinas? () sim () não

39 O que você espera do trabalho desta Instituição?

ALIMENTAÇÃO

40 O que a criança costuma comer?

41 Bebe bastante água? () sim () não

42 Usa mamadeira, copo ou garrafinha? _____

43 Usa cadeirinha na hora da alimentação? () sim () não

Em frente à tela azul (TV, celular, tablet) ()

44 Qual alimento a criança não gosta?

45 Qual alimento mais gosta?

46 A criança toma refrigerante? () sim () não

47 A criança come alimentos industrializados? () sim () não

48 Você sabia que há uma nutricionista de cuida da alimentação das crianças do CMEI? () sim () não

Espaço reservado para alguma observação que achar necessária:



Equipe Gestora: Diretora e Coordenadora Pedagógica

III – PARECERES DESCRITIVOS

PARECER DESCRITIVO ANUAL EDUCAÇÃO INFANTIL –ANO:-----

Instituição: CMEI “NOSSA SENHORA DO ROCIO”	
Educando (a):	
Data de nascimento:	
Docente:	
Turma:	Data:

IV- PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

(não se aplica)

V – PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Plano de Formação Continuada

A formação continuada é um processo pelo qual o educador aperfeiçoa seus saberes necessários para a sala de aula, tornando-o capaz de oferecer a qualidade de ensino esperada e melhorar a prática docente. Segundo Schnetzler (1996,2003) para justificar a formação continuada de professores três razões têm sido normalmente apontadas:

- A necessidade de continuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor.



- A necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador da sua própria prática,
- Em geral os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER e ROSA, 2003, p. 27)

O CMEI Nossa Senhora do Rocio prioriza a formação dos nossos profissionais, além das formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação, realizamos a Formação pelo CMEI, que consiste em encontros onde a formação ocorre durante a Hora Atividade dos educadores ou em horários diferenciados para assim contemplar a todos. As temáticas a serem abordadas nas formações durante o ano letivo são referentes a temas que contemplam a educação infantil com assuntos de interesse mútuo.

VI – PLANO DE AÇÃO

Plano de ação de formação continuada				
Tema	Responsável	Formato	C/H	Período
Desenho Infantil	Terezinha/pedagoga	Apresentação de slides, textos, vídeos, discussão em grupo	8h	1º trimestre
Documentação pedagógica	Terezinha/pedagoga	Apresentação de slides, textos, vídeos, discussão em grupo	8h	2º trimestre
Brincar Heurístico	Terezinha/pedagoga	Apresentação de slides, textos, vídeos, discussão em grupo	8h	2º trimestre

VII- PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS (ERER)



O seguinte Plano de Ação na Educação Infantil tem por objetivo criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais, de grupo, costumes, celebrações e narrativas. Assim, se faz necessário conscientizar e promover o respeito e a valorização as diferenças, com as crianças desde pequenas, abordando de forma lúdica assuntos que incentivem a prática consciente sobre a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais. Através de contação de histórias que abordem essa temática, sensibilizando as crianças a ter empatia, tolerância, bem como o respeito sobre si e sobre os outros.

AÇÕES	METAS
Ampliar o repertório das crianças, deixando a disposição livros com histórias que abordem a cor da pele, tipos de cabelos, bonecas com diferentes cores de pele, fotos com figuras importantes que marcaram a história.	- Mobilizar ações com as crianças em convivência com diferentes raças.
Inserir a temática ERER nas reuniões com as famílias, campanhas e ações em dias como o dia da Consciência Negra.	- Conscientizar as famílias sobre a importância de tratar assuntos relacionados às questões étnico-raciais no ambiente familiar.
Consolidar uma imagem institucional cada vez mais inclusiva e afirmativa do respeito às diferenças.	- Garantir nas ações da instituição a reflexão cotidianamente sobre estereótipos raciais e a desconstrução de preconceitos.

VII- PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL – PAE



Objetivo Específico

O plano tem como principal objetivo instruir pessoas a se protegerem e proteger os demais em situações de emergência, fazendo com que não haja tumulto e pânico durante a evacuação do estabelecimento.

O plano de abandono escolar é de suma importância e com isso se torna necessário ser praticado com frequência dentro do estabelecimento de ensino, fazendo com isso que toda a equipe possa estar preparada para agir de modo seguro se caso necessário.

Contamos com três grupos de pessoas para que o plano seja executado com excelência: Brigada escolar, equipe do ponto de encontro e equipe de funcionários do CMEI.

VIII – PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL

4.1 Análise Primária

Toda vez que fique sob suspeita um início de incêndio real, o alarme de incêndio deverá ser acionado seja por calor, fumaça, cheiro de gás ou mesmo outros meios, este deverá ser analisado e nunca ser ignorada uma suspeita.

4.2 Alarme

Assim que detectado um princípio de incêndio, o brigadista deverá soar o apito duas vezes, a primeira para que os alunos fiquem alertas e a segunda para que a equipe possa se posicionar e avisar todas as repartições do estabelecimento que o local deverá ser abandonado.

4.3 Análise secundária

Em seguida ao alerta, será feita uma breve análise da situação geral, o que levará ou não ao desencadeamento dos procedimentos necessários que seriam o isolamento da área de risco e o acionamento do corpo de bombeiros.

4.4 Corte da Energia

A energia elétrica deverá ser cortada dos equipamentos ou da área se possível ou necessário, ou até mesmo a chave geral.

4.5 Saída de Emergência



Preparação de toda a equipe de funcionários para uma evacuação rápida, segura e eficiente, em caso de incêndio, retirar todos do estabelecimento, ativar o alarme, alertar para que cada professor fique responsável por sua respectiva turma, formar fila indiana para as crianças que andam e pegar no colo os que não andam. O responsável deverá ser seguido pelos demais indo em direção a saída da emergência, sem correr, sempre seguindo orientações do brigadista

4.6 Ponto de encontro

Ponto de encontro será o local estabelecido com antecedência, onde deverão comparecer todos os alunos, professores, demais funcionários e outras pessoas que poderão se encontrar no CMEI no momento do possível acontecido. Assim que chegar ao ponto de encontro, cada professor deverá fazer a chamada da sua turma para assim verificar possíveis ausências, caso o professor dê por falta de algum de seus alunos deverá comunicar imediatamente o responsável pelo ponto de encontro este deverá repassar a informação ao chefe de equipe para que assim possa se tomada as devidas providências.

4.7 Professor Responsável

As turmas ficarão sob responsabilidade dos seus devidos professores, o professor só dará início a retirada dos alunos ao toque do sinal e sempre será o último a sair da sala de aula sempre se certificando de que ninguém permaneceu dentro da sala. Assim que for feita a última verificação em sala, a porta deverá ser fechada e marcada com um risco em diagonal, sinalizando que não há mais ninguém neste local, caso não seja possível marcar a porta, a marca deverá ser feita na parede ao lado da porta.

4.8 Brigadista

Os brigadistas devem conhecer todas instalações do CMEI, ter conhecimento do local do alarme, cuidar da sua segurança e dos demais que se encontram no estabelecimento, saber avaliar todos os possíveis riscos do local podendo assim tomar medidas que visem prevenir possíveis incidentes, liberar e sinalizar todas as rotas de evacuação, assim como situações que ofereçam perigo aos que ali se encontram.

4.9 Abandono

O abandono deverá ser feito de forma ordeira por todos os que se encontram no interior do estabelecimento para um local seguro denominado ponto de encontro.



4.10 Relatório

Encaminhar o relatório com todos os dados observados durante a inspeção por escrito, sobre os incidentes e ações de contenção para que sejam tomadas as providências necessárias e investigação do local.

EQUIPE

Chefe de equipe:

Telefonista:

Corredor:

Auxiliar:

Portaria:

Responsável do ponto de encontro:

IX- CALENDÁRIO ESCOLAR



CALENDÁRIO ESCOLAR 2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

PREFEITURA DE
PARANAGUÁ
PARANÁ

SEM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO																																																	
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
DIAS LETIVOS: 0							DIAS LETIVOS: 13							DIAS LETIVOS: 20																																																	
Férias: 30							Carga Horária: 52							Carga Horária: 80																																																	
Recesso: 0							Recesso: 3							Recesso: 0																																																	
Feriado: 1							Feriado: 0							Feriado: 2																																																	

ABRIL							MAIO							JUNHO																																															
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
DIAS LETIVOS: 22							DIAS LETIVOS: 19							DIAS LETIVOS: 20																																															
Carga Horária: 88							Carga Horária: 76							Carga Horária: 80																																															
Recesso: 0							Recesso: 1							Recesso: 0																																															
Feriado: 1							Feriado: 2							Feriado: 0																																															

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO																																																
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
DIAS LETIVOS: 12							DIAS LETIVOS: 21							DIAS LETIVOS: 21																																																
Carga Horária: 48							Carga Horária: 84							Carga Horária: 84																																																
Recesso: 10							Recesso: 0							Recesso: 0																																																
Feriado: 1							Feriado: 0							Feriado: 1																																																

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO																																																	
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S																																											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
DIAS LETIVOS: 21							DIAS LETIVOS: 20							DIAS LETIVOS: 12																																																	
Carga Horária: 84							Carga Horária: 80							Carga Horária: 48																																																	
Recesso: 1							Recesso: 0							Recesso: 9																																																	
Feriado: 2							Feriado: 2							Feriado: 1																																																	

LEGENDA	
	TÓRNAS
	INOTÉRMICO DO TRIMESTRE
	FORMAÇÃO CONTINUADA
	PLANEJAMENTO
	REFORMULAÇÃO PPP
	PRE - CONSELHO
	CONSELHO DE CLASSE
	TCG - CONSELHO
	CONTINUAÇÃO LETIVA/ FECHAMENTO DO ANO LETIVO
	RECESSO ESCOLAR

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PASSÃO DE CRISTO
APR	31 PASCOA
AGO	21 TRINDADES
MAI	01 DIA DO TRADUZO
	10 CONFLUÊNCIA
JUL	09 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
	12 FIMADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

DIAS LETIVOS:	201
Atividades Docentes:	12
Carga Horária:	804
Total de Férias:	30
Total do Recesso:	24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 88 dias	
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 81 dias	
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias	

Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
 Líder do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calculado e Aprovado pelo COMEP - PCMB - em 08/09/2023.
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

Consta no item 1. Identificação no subitem 1.7